

## Orçamento estoura teto de gastos em R\$ 31,9 bi, diz Instituição Fiscal

O Orçamento de 2021, aprovado pelo Congresso na semana passada com uma série de manobras fiscais para elevar emendas parlamentares, possui uma previsão de despesas sujeitas ao teto de gastos que irá extrapolá-lo em R\$ 31,9 bilhões.

A projeção foi divulgada nesta segunda-feira (29) pela IFI (Instituição Fiscal Independente) e está próxima de cálculos feitos pelo Ministério da Economia e por outros economistas.

A título de comparação, esse valor equivale a quase todo o gasto do Bolsa Família neste ano (R\$ 35 bilhões) e quase um quarto do dinheiro que o governo pode gastar li-

vrememente com investimentos e manutenção da máquina pública.

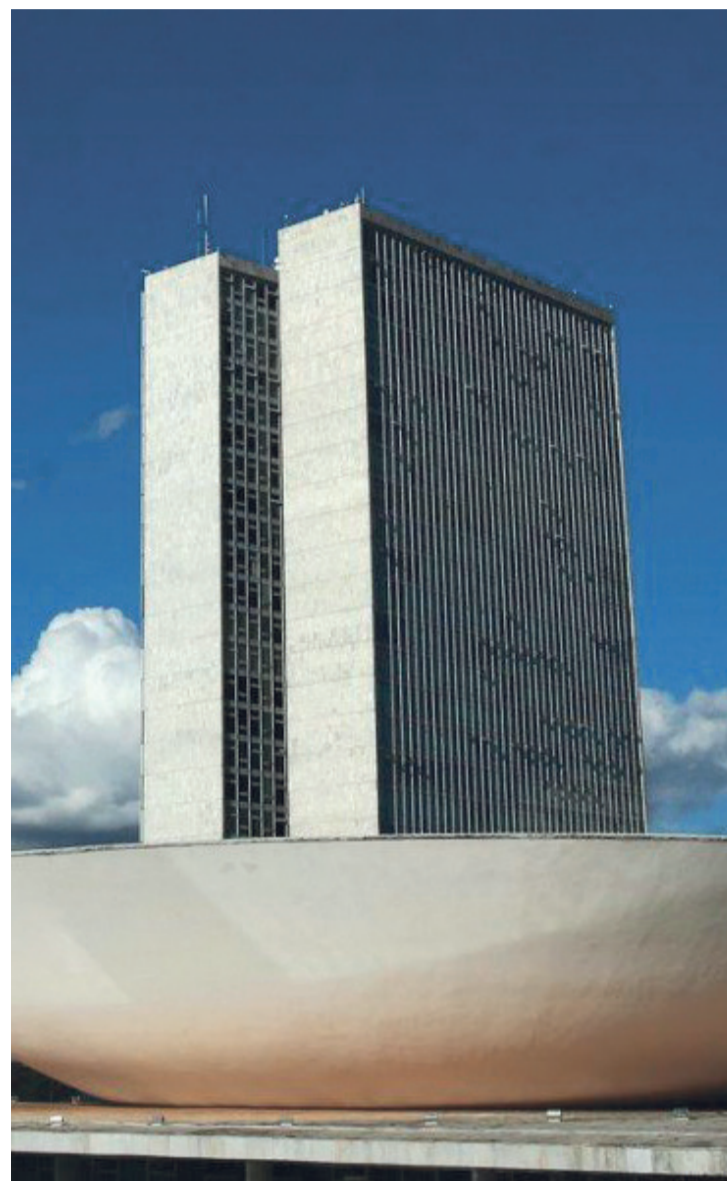
Isso não significa que o teto será rompido. O governo tem como opção reduzir essas despesas não obrigatórias, sob risco de paralisação de alguns serviços públicos, ou negociar com o Congresso o corte nas emendas parlamentares, o que depende da aprovação de um projeto de lei pelos próprios congressistas, segundo a IFI.

A IFI lembra que o relatório final da Comissão Mista de Orçamento foi modificado com alterações nas despesas obrigatórias e discricionárias em relação ao projeto inicial do governo. Várias despesas obrigatórias tiveram sua previsão revista para baixo,

o que possibilitou o aumento de discricionárias derivadas de emendas de relator-geral e emendas de comissões permanentes.

Essas mudanças somaram R\$ 26,5 bilhões. Foram reduzidas as previsões de gastos com Previdência (R\$ 13,5 bilhões), abono salarial (R\$ 7,4 bilhões), seguro-desemprego (R\$ 2,6 bilhões) e subsídios ao agronegócio e à agricultura familiar (R\$ 2,5 bilhões), além de R\$ 457 milhões em despesas discricionárias (não obrigatórias) do Executivo.

No gasto previdenciário, R\$ 4 bilhões de economia estão condicionados à aprovação de lei ou edição de medida provisória que altere as regras do auxílio-doença nos próximos 30 dias. Eduardo Cucolo/Folhapress



## Economia



**Pandemia derruba lucro de estatais e compromete dividendos**

Página - 03

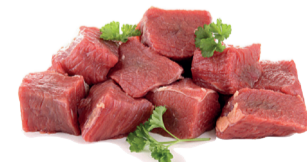
**Ecommerce ganhou 13 milhões de novos clientes em 2020, diz Nielsen**

Página - 03



**Bloqueio em Suez pode elevar ainda mais custo de exportação de carnes brasileiras para a China**

Página - 05



**Pesquisa paulista avalia ponto ótimo de maturação de azeitonas para obter o melhor azeite**

Página - 05

## Política

**Bolsonaro demite general do Ministério da Defesa e deve abrigar centrão no Planalto**

Página - 04

**Advogado-geral da União pede exoneração do cargo**

Página - 04

## No Mundo

### Agência dos EUA confirma eficácia acima de 90% para vacinas da Pfizer e Moderna na 'vida real'



O CDC (Centro de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos) confirmou que as vacinas da Pfizer/BioNTech e da Moderna contra a Covid-19, ambas baseadas na técnica de RNA mensageiro (mRNA), têm eficácia de 90% ou mais em um estudo que leva em conta dados do uso do imunizante no mundo real, isto é, fora dos testes clínicos.

O CDC afirma ainda que a primeira dose de qualquer uma das duas vacinas foi suficiente para reduzir em 80% as chances de ser infectado pelo vírus causador da Covid-19 a partir de duas semanas após a injeção. Foram avaliadas

infecções sintomáticas e assintomáticas em quase 4.000 participantes de seis estados norte-americanos.

Fizeram parte do estudo profissionais da saúde e trabalhadores considerados essenciais, os primeiros a receberem as injeções e os mais suscetíveis à infecção.

De acordo com o CDC, o prazo para que o corpo produza os anticorpos que podem proteger contra a infecção é de duas semanas após a aplicação do imunizante. Assim, duas semanas depois da primeira injeção as pessoas podem ser consideradas "parcialmente vacinadas". Duas semanas após a segunda dose, são consideradas "totalmente vacinadas".

A vacina da Pfizer/BioNTech deve ser aplicada em duas doses com um intervalo de 21 dias entre elas. Para a vacina da Moderna, o intervalo é de 28 dias.

Os resultados apresentados nesta segunda-feira (29) estão de acordo com os testes clínicos feitos com as duas vacinas, que apontaram estimativas de eficácia acima dos 90%. Esses testes, porém, foram planejados para detectar a eficácia dos imunizantes contra o desenvolvimento da Covid-19. O estudo do CDC avaliou também o surgimento total de infecções, mesmo que o infectado nunca desenvolvesse sintomas da doença.

Everton Lopes Batista/Folhapress

### Pandemia: Inglaterra ameniza lockdown, mas premiê Johnson pede cautela



A ordem para permanência em casa do lockdown da Inglaterra terminou nesta segunda-feira (29), e as pessoas podem se reunir ao ar livre em grupos de até seis pela primeira vez em quase três meses. Mesmo assim, o primeiro-ministro britânico, Boris Johnson, pediu cautela devido ao crescimento de casos de coronavírus na Europa.

Johnson anunciou um terceiro lockdown nacional na Inglaterra em 4 de janeiro, mas diz que planeja seguir adiante com uma estratégia "cautelosa e irreversível" de afrouxamento das restrições, sustentada por uma distribui-

### Remoção de porta-contêineres da margem pode liberar Canal de Suez

O navio de transporte de contêineres Ever Given já não está atravessado no Canal de Suez e estima-se que a navegação seja retomada ainda ontem (29). As autoridades egípcias informaram que 367 navios aguardam passagem.

O navio Ever Given, com 400 metros e 200 mil toneladas, foi removido da margem, onde permanecia encalhado há seis dias. Para aliviar a carga, funcionários do canal retiraram cerca de 20 mil contêineres.

As manobras de rebocadores dirigidas por uma empresa holandesa, especialista em resgates de embarcações, conseguiram corrigir a posição do navio em 80%.

O porta-contêineres já flutua e está agora quase paralelo às margens, com a popa

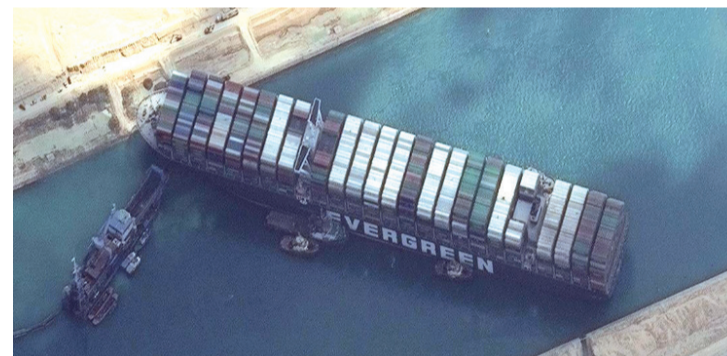
afastada da costa quase 100 metros. Assim que seja movido para uma seção mais larga do canal, será permitida a navegabilidade, adiantam as autoridades locais, citadas na BBC.

As equipes de resgate esperam a maré cheia para retomar os trabalhos.

A interrupção do Canal de Suez tem impacto em cerca de 12% do comércio global. O canal permite uma ligação mais curta entre a Ásia e a Europa, por meio do Mediterrâneo. A rota alternativa é contornar o Continente africano, pelo extremo sul, circuito que demora pelo menos mais duas semanas.

O acidente também está influenciando o preço do petróleo. O barril já ultrapassava os US\$ 53 no fim da semana passada.

RTP/ABR



ção rápida de vacinas contra covid-19.

É um contraste com a maior parte da Europa, à medida que Alemanha e França estão entre os países que lutam contra uma terceira onda de alta nas infecções e hospitalizações por covid-19.

Johnson também alertou que as variantes do novo coronavírus representam um risco para a distribuição de vacinas do Reino Unido, que é a quarta mais veloz do mundo, só atrás de Israel, Emirados Árabes Unidos e Chile.

"Precisamos continuar cautelosos com casos aumentando através da Europa e novas variantes ameaçando nos-

sa distribuição de vacinas", disse o premiê.

"Apesar dos relaxamentos de hoje, todos devem continuar a se ater às regras, lembrar de mãos, rosto e ir tomar vacina quando convocados", acrescentou.

Instalações esportivas ao ar livre, como piscinas e quadras de tênis e basquete, poderão ser usadas a partir desta segunda-feira com limites aos contatos sociais.

Mas mudanças mais substanciais, como a reabertura do varejo não essencial e negócios de hospitalidade ao ar livre, acontecerão só depois de 12 de abril, na melhor das hipóteses.

Reuters/ABR

Editorial: Daniela Camargo  
Comercial: Tiago Albuquerque  
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara.

Jornal Data Mercantil Ltda  
Administração, Publicidade e Redação: Rua XV de novembro, 200  
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000 Tel.: 11 3337-6724  
E-mail: comercial@datamercantil.com.br  
Cnpj: 35.960.818/0001-30

## Pandemia derruba lucro de estatais e compromete dividendos



**A** pandemia derrubou praticamente pela metade o resultado das grandes estatais em 2020, reduzindo os dividendos pagos à União e agravando o cenário de desequilíbrio nas contas públicas. O governo conta com mais recursos das empresas em 2021, ano em que as incertezas permanecem com o avanço da Covid.

Petrobras, Banco do Brasil, Caixa, Eletrobras e BNDES —que respondem por mais de 90% dos dividendos pagos à União— terminaram a publicação de seus balanços neste mês e mostraram juntas uma queda de 44% no lucro líquido em 2020, para R\$ 60 bilhões.

Os diferentes efeitos da

pandemia fizeram as empresas pagarem 70% menos dividendos à União no ano (R\$ 6,8 bilhões), o menor valor desde 2017 —quando as empresas ainda se recuperavam de perdas de anos anteriores.

A pandemia esteve presente nos balanços de todas elas. As empresas citaram a Covid como causa de quedas de receitas, postergação de investimentos, atrasos em fornecimento e necessidade de reservas para perdas.

A Petrobras teve redução de 13% nas receitas com vendas, impactada pela menor demanda por gasolina e querosene de aviação devido às restrições na mobilidade urbana e no setor aéreo.

A petroleira também viu o valor da commodity sofrer

um choque ao se desvalorizar com a redução da atividade econômica global, principalmente no início da pandemia. A empresa ainda foi afetada pela desvalorização do real frente ao dólar e, ao fim do ano, registrou queda de 82% no lucro em 2020 (para R\$ 7,1 bilhões).

Já os bancos públicos tiveram que reservar mais recursos para potenciais empréstimos não pagos —o que afetou diretamente o resultado.

O Banco do Brasil elevou a provisão para créditos de liquidação duvidosa em 47% (para R\$ 22 bilhões ao fim de 2020). Além disso, teve queda em receitas com serviços pela menor procura de clientes. O lucro caiu 30%, para R\$ 12,7 bilhões. Fábio Pupo/Folhapress

## Juros dos empréstimos recuam em fevereiro, diz BC



**A** taxa média de juros cobrados de famílias e empresas em fevereiro ficou em 28,1% ao ano, segundo as Estatísticas Monetárias e de Crédito, divulgadas hoje (29) pelo Banco Central. O percentual representa recuo de 0,4 ponto percentual na comparação com janeiro; e de 6 pontos percentuais no acumulado de 12 meses.

Esses dados são do crédito livre, em que os bancos têm autonomia para emprestar o dinheiro captado no mercado e definir as taxas de juros cobradas dos clientes. Já o crédito direcionado tem regras definidas pelo governo, destinados, basicamente, aos setores habitacional, rural, de infraestrutura e ao microcrédito.

## Ecommerce ganhou 13 milhões de novos clientes em 2020, diz Nielsen

**O** isolamento social provocado pela pandemia do novo coronavírus impulsionou as compras online no Brasil e atraiu 13 milhões de novos consumidores em 2020, aumento de 29% em relação a 2019. Segundo levantamento da consultoria Ebit|Nielsen, a região Norte foi a que mais ganhou novos consumidores, com crescimento de 4% em relação a 2019.

De acordo com a pesquisa, enquanto o comércio digital despontava no ano passado, com redes de varejo intensificando operações online ou se adaptando à nova realidade virtual, 20% das lojas físicas do país fecharam as portas, principalmente, nas regiões Norte e Nordeste.

A pesquisa também questionou os novos clientes digitais sobre sua experiência —83% dos que compraram pela primeira vez por meio da internet no ano passado disseram que voltariam a realizar

compras desta forma, 69,5% afirmaram que promoveriam a marca com a qual fizeram a transação, enquanto 15,2% se disseram insatisfeitos.

As principais reclamações foram problemas no prazo de entrega, seguidas por má qualidade do atendimento e dos produtos recebidos.

O valor do frete, segundo o levantamento, é um fator decisivo para o cliente concluir uma compra. Para 15,7% dos clientes que pagaram acima de R\$ 199,99 pelo envio dos produtos, a experiência de compra não foi satisfatória. Entre os clientes que obtiveram frete grátis, apenas 5,9% apresentaram queixas.

De acordo com Keine Monteiro, responsável pela área de Inteligência da Ebit|Nielsen, o consumidor brasileiro dá grande importância ao preço do frete. Segundo ele, quanto mais caro for o preço de entrega do produto, maiores serão chances de reclamações do cliente.

Sheila Santos/Folhapress



De acordo com o documento, a taxa média de juros para pessoas físicas no crédito livre está em 40,1% ao ano, o que representa uma alta de 0,6 ponto percentual em relação a janeiro. Em 12 meses, o resultado representa uma queda de 6,8 pontos percentuais.

Segundo o BC, o aumento da taxa cobrada para pessoas físicas reflete principalmente os aumentos dos juros cobrados no cartão parcelado (5,6%) e na composição da dívida (2,7%), que é uma renegociação com modalidades diferentes de crédito.

Para as empresas, especificamente, os juros apresentaram queda, situando-se em 13,8% ao ano, o que representa redução de 3,2 pontos percentuais em 12 meses.

Segundo o BC, o crédito livre a pessoas jurídicas alcançou R\$ 1,1 trilhão, o que representa acréscimo de 1,2% no mês, “com destaque para as modalidades de desconto de duplicatas e recebíveis, antecipação de faturas de cartão, aquisição de veículos, ACC [Adiantamento sobre Contrato de Câmbio] e financiamento a exportações”.

A inadimplência, situação em que há atrasos superiores a 90 dias, apresentou uma média de 2,3% para empresas (1,4%) e famílias (3%).

De acordo com o BC, nas operações com recursos livres, a inadimplência permaneceu em 2,9%, sendo que as empresas registraram 1,6% e as pessoas físicas, 4,1%.

Pedro Pedruzzi/ABR

## Política

### Bolsonaro demite general do Ministério da Defesa e deve abrigar centrão no Planalto



O general Fernando Azevedo e Silva foi demitido do cargo de ministro da Defesa nesta segunda-feira (29) pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

A saída faz parte de uma reforma ministerial que o presidente pretende anunciar até o final do dia. Segundo assessores palacianos e dirigentes partidários do bloco do centrão, Bolsonaro avalia deslocar o general Walter Braga Netto da Casa Civil para a Defesa.

Segundo ministros próximos de Bolsonaro, há chances de ele trocar José Levi do Amaral, da AGU (Advocacia Geral da União).

Com as mudanças, o ministro da Secretaria de

Governo, Luiz Eduardo Ramos, deve ser acomodado na Casa Civil. A Secretaria de Governo, responsável pela articulação política, deve ser entregue a um parlamentar do bloco do centrão, que sustenta a base aliada do presidente no Congresso.

Os nomes favoritos no Palácio do Planalto para assumir a coordenação política são o do ministro das Comunicações, deputado federal Fábio Faria (PSD-RN), e do líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR).

“Ele [Bolsonaro] falou que haverá umas trocas até hoje à noite e que nós ficaríamos sabendo”, disse o senador Jorginho Mello (PL-SC), que se reuniu no início

da tarde com o presidente.

A demissão do general pegou de surpresa generais que integram o alto comando do Exército. Alguns deles ligavam a TV sintonizados em canais de notícias para entender o que estava ocorrendo.

Generais se reuniram na semana passada em Brasília com o comandante do Exército, Edson Leal Pujol, e a demissão do ministro não estava no radar desses militares.

A queda de Fernando Azevedo e Silva ocorre no mesmo dia da saída de Ernesto Araújo do cargo de ministro das Relações Exteriores. Segundo aliados, Bolsonaro deve promover novas trocas no primeiro escalão do governo federal.

Folhapress

### Advogado-geral da União pede exoneração do cargo

O advogado-geral da União, José Levi Mello do Amaral Júnior, informou ontem (29) que vai deixar o cargo. Levi estava no posto desde abril do ano passado.

A decisão foi oficializada em carta enviada ao presidente Jair Bolsonaro. “Com o meu mais elevado agradecimento pela oportunidade de chefiar a Advocacia-Geral da União (AGU), submeto à elevada consideração de Vossa Excelência o meu pedido de exoneração”.

Antes de chegar à AGU,

Levi ocupava o posto de procurador-geral da Fazenda Nacional. Levi é graduado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e tem doutorado em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo, instituição onde também é professor, com título de livre-docência em direito constitucional. Tem pós-doutorado em Direitos Humanos pela Universidade de Coimbra, de Portugal. Já ocupou o cargo de secretário executivo do Ministério da Justiça e de consultor-geral da União na AGU.

André Richter/ABR



### Edital do leilão de 5G beneficia setores aliados a Bolsonaro



O governo usou o edital do leilão do 5G para atender pleitos de setores que o apoiam e convenceu o Ministério das Comunicações a direcionar contrapartidas de investimentos para que os vencedores do certame atendam principalmente militares, agricultores e caminhoneiros.

Esse grupo contará com políticas públicas definidas para levar a internet em banda larga móvel ao campo, estradas e regiões inóspitas da Amazônia até 2028, começando a partir de julho do próximo ano.

Segundo as regras do edital aprovadas pela Anatel (Agência Nacional de Tele-

comunicações) em fevereiro, esses investimentos serão abatidos dos preços das outorgas, que foram avaliadas pelos técnicos da agência em R\$ 35 bilhões. Todas as contrapartidas giram em torno de R\$ 32 bilhões.

Ou seja: a União receberá no leilão algo entre R\$ 3 bilhões e R\$ 3,5 bilhões pelas licenças. O restante deverá ser investido pelas teles nas diversas obrigações atreladas a cada faixa de frequência adquirida.

Frequências são avenidas no ar por onde as teles fazem trafegar seus sinais. Fora dessas faixas ocorrem interferências.

No edital, serão vendidos

os direitos de exploração de quatro faixas de frequências –700 MHz; 2,3 GHz; 3,5 GHz (específico para o 5G) e 26 GHz. Cada frequência foi dividida em diversos blocos. O leilão está marcado para ocorrer até julho deste ano.

Nas discussões para o preparo do edital, diversos setores se articularam junto ao governo vislumbrando no certame uma forma de obter vantagens.

Para os caminhoneiros, essa cobertura entra no pacote que o ministro Tarcísio prepara para melhorar as condições dos motoristas de carga e, assim, diminuir as chances de futuras paralisações.

Julio Wiziack/Folhapress



## Bloqueio em Suez pode elevar ainda mais custo de exportação de carnes brasileiras para a China



A desorganização dos fluxos do comércio global provocada pela pandemia, que fez explodir o preço do frete entre China e Brasil – hoje cinco vezes mais caro do que um ano atrás – e elevou o custo de importação de insumos pela indústria, agora ameaça atrapalhar as exportações de carnes e frutas. Segundo fontes do setor de comércio exterior, a falta de contêineres refrigerados, essenciais para o transporte desses produtos, vem atrapalhando embarques. O bloqueio do Canal de Suez – que fica no Egito e por onde passa 10% do comércio global – após um meganavio encalhar na quarta-feira, 24, poderá agra-

var ainda mais o problema. O auge recente da escassez de contêineres refrigerados, antes do bloqueio de Suez surgir no radar, ocorreu no fim do mês passado, segundo executivos da Hamburg Süd, transportadora marítima integrante do grupo dinamarquês A.P. Moller-Maersk. Esse desequilíbrio se insere no contexto mais amplo da desorganização dos fluxos de transporte, cujo maior reflexo é o encarecimento do frete para a China, fenômeno global verificado desde meados de 2020, que ainda não foi dissipado.

No início da pandemia, restrições ao comércio e ao transporte e a queda na demanda paralisaram navios

mundo afora. No segundo semestre, a demanda por bens – já turbinada pelo fato de que, por causa do distanciamento social, famílias do mundo todo passaram a gastar mais em produtos do que com serviços – voltou mais rapidamente do que o esperado, levando a uma corrida pelos serviços de transportes. Houve falta de contêineres e navios, enquanto as operações seguiam, em alguma medida, mais lentas por causa dos protocolos contra a covid-19. A situação foi definida por empresários do setor de transporte marítimo como “tempestade perfeita”.

Como resultado, o preço médio do frete entre Brasil e China disparou. Estado SP

## Pesquisa paulista avalia ponto ótimo de maturação de azeitonas para obter o melhor azeite



Ele vai bem nas saladas, no preparo de pratos ou simplesmente para regar torradas. Para quem o aprecia, o tempero é indispensável. A qualidade do azeite de oliva extravirgem, que nem sempre agrada a quem realmente entende dessa iguaria, é relacionada a diversos fatores. Dentre eles está o grau de maturação dos frutos da oliveira, determinante da qualidade do produto. Com o objetivo de otimizar a qualidade do azeite de oliva e seu rendimento, pesquisas do Instituto Agrônomo (IAC) e da APTA Regional de Piracicaba, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, são direcionadas à

## CNA debate crédito na safra 2021/2022

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) participou de uma live sobre crédito na safra 2021/2022 promovida pela Broadcast/Agência Estado, na quinta (25).

O tema foi debatido pelo superintendente técnico da CNA, Bruno Lucchi, e pelo diretor do Departamento de Financiamento e Informação da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Wilson Vaz de Araújo, com moderação da jornalista Clarice Couto.

Eles discutiram as perspectivas para a oferta de crédito rural na próxima safra – que começa em julho –, as demandas da cadeia produtiva, o cenário atual para a composição do Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2021/2022, a contribuição dos financiadores privados e seguro rural, entre outros temas.

Segundo Bruno Lucchi, as principais demandas do

setor são revisar os custos administrativos e tributários (CAT) cobrados pelas instituições financeiras para operacionalizar o crédito rural e as diretrizes aplicadas sobre a carteira agro das instituições financeiras, para definição do risco na regulação prudencial.

Esses e outros pontos fazem parte da agenda estruturante no crédito rural que a CNA está trabalhando para aumentar as fontes de financiamento para o setor e otimizar os gastos públicos.

Outras propostas são fortalecer as cooperativas de crédito, que possuem custos administrativos e tributários inferiores às demais instituições financeiras; coibir a exigência de reciprocidade pelos bancos, incluindo no manual de crédito rural norma específica que evite a prática de venda casada; e a diferenciação de condições de crédito para produtores que adotam mitigadores de riscos.

Notícias Agrícolas



definição precisa do período ótimo de colheita dos frutos, em função do grau de amadurecimento das azeitonas. O desafio é encontrar o ponto exato em que a azeitona tenha maturação suficiente para gerar azeite em quantidade adequada e com qualidade excepcional, mas que mantenha a rigidez de polpa, que a impeça de amassar no armazenamento e transporte, desencadeando reações químicas danosas à qualidade.

Os objetivos da pesquisa envolvem monitoramento climático local, com acompanhamento de parâmetros como temperaturas máxima, mínima e média, volumes de chuvas, umidade relativa do ar e aferição de horas de

frio e graus por dia. Busca-se também avaliar as cultivares de oliveira, com acompanhamento do subperíodo do florescimento, desenvolvimento dos frutos e colheita. A equipe também elabora a curva de maturação para as diversas cultivares de oliveiras em um olival com seis anos, localizado em Cachoeira do Sul, no Rio Grande do Sul, na safra de 2021.

Desenvolver um método que permita a avaliação do nível de maturação das azeitonas é de grande importância para a indústria de azeite.

Diferentes sistemas têm sido desenvolvidos para determinar o índice de maturação dos frutos e o ponto ótimo de colheita. Notícias Agrícolas

# Publicidade Legal

RESERVA DO GOLFE EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO S.A.									
CNPJ/MF nº 12.948.723/0001-04									
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em Reais)									
BALANÇOS PATRIMONIAIS			DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Ativo	2020	2019	Capital social	Reserva de Lucro	Reserva Legal	Prejuízo Acumulado	Total		
<b>Circulante</b>	<b>13.347.736</b>	<b>5.987.244</b>	<b>4.703.450</b>			<b>(1.810.479)</b>	<b>2.892.972</b>		
Bancos conta movimento	877.358	2	Redução de capital	(1.446.486)	-	-	(1.446.486)		
Aplicações financeiras	2.300.225	4.104	Ajuste de exercícios anteriores	-	-	(331.061)	(331.061)		
Promitentes compradores de imóveis	6.454.210	-	Prejuízo do Período	-	-	(233.900)	(233.900)		
Outros valores a receber	1.000	1.000	Dividendos pagos	-	-	-	-		
Transações entre partes relacionadas	-	865.192	<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2019</b>	<b>3.256.965</b>	-	<b>(2.375.440)</b>	<b>881.525</b>		
Imposto a recuperar	202	25	Lucro do período	-	13.036.473	-	13.036.473		
Estoques de imóveis em construção	3.714.740	5.116.921	Dividendos pagos	-	(500.000)	-	(500.000)		
<b>Não Circulante</b>	<b>932.621</b>	<b>450</b>	Constituição de reserva legal	-	(651.393)	651.393	-		
Títulos a receber	932.171	-	Compensação de Prejuízos Acumulados	-	(2.375.440)	-	2.375.440		
Intangível	450	450	<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2020</b>	<b>3.256.965</b>	<b>651.393</b>	-	<b>13.417.998</b>		
<b>Total do Ativo</b>	<b>14.280.357</b>	<b>5.987.694</b>							
<b>Passivo</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO</b>						
<b>Circulante</b>	<b>862.360</b>	<b>4.332.107</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA</b>				
Fornecedores	29.379	69.132	Receita Bruta de Serviços	21.241.513	<b>2020</b>				
Obrigações fiscais	54.540	5.553	Receita de Imóveis Vendidos	(591.492)	<b>2019</b>				
Adiantamento de clientes	-	3.847.267	Deduções da Receita	(591.492)	<b>13.036.473</b>				
Outras obrigações	778.441	410.155	(-) RET	-	<b>(233.900)</b>				
<b>Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>774.061</b>	Receita Líquida de Vendas	20.650.021	<b>13.036.473</b>				
Receita diferidas	-	3	Custo Com Imóvel Vendido	(6.825.191)	<b>(233.900)</b>				
AFAC	-	774.058	<b>Lucro Bruto</b>	<b>13.824.831</b>	<b>13.036.473</b>				
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>13.417.998</b>	<b>881.525</b>	<b>Despesas Operacionais</b>	<b>(775.914)</b>	<b>13.036.473</b>				
Capital social	3.256.965	3.256.965	<b>Despesas Comerciais</b>	<b>(770.225)</b>	<b>13.036.473</b>				
Reserva de lucros	9.509.640	-	<b>Despesas Com Propagandas</b>	<b>(258.092)</b>	<b>13.036.473</b>				
Reserva de legal	651.393	-	<b>Comissões sobre Venda</b>	<b>(512.133)</b>	<b>13.036.473</b>				
Prejuízos acumulados	-	(2.375.440)	<b>Despesas Administrativas</b>	<b>(15.689)</b>	<b>13.036.473</b>				
<b>Total do Passivo</b>	<b>14.280.357</b>	<b>5.987.694</b>	<b>Despesas Gerais Administrativas</b>	<b>(25.057)</b>	<b>13.036.473</b>				
			<b>Despesas comerciais</b>	<b>(3.000)</b>	<b>13.036.473</b>				
			<b>Despesas tributárias</b>	<b>(474)</b>	<b>13.036.473</b>				
			<b>Despesas financeiras</b>	<b>(5.824)</b>	<b>13.036.473</b>				
			<b>Receitas financeiras</b>	<b>18.667</b>	<b>13.036.473</b>				
			<b>Resultado Operacional</b>	<b>13.038.916</b>	<b>13.038.916</b>				
			<b>Outros ganhos</b>	<b>-</b>	<b>13.038.916</b>				
			<b>Resultado do Exercício antes da Provisão do IRPJ e CSLL</b>	<b>13.038.916</b>	<b>13.038.916</b>				
			<b>CONTRIBUIÇÃO SOCIAL IRPJ</b>	<b>(1.527)</b>	<b>13.038.916</b>				
			<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>13.036.473</b>	<b>13.036.473</b>				

1. Contexto Operacional: A Companhia tem por objeto social o planejamento, a promoção e o desenvolvimento de um empreendimento imobiliário nos imóveis localizados na cidade de Bertoga/SP, no Módulo 12, denominado condomínio Reserva do Golf. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis: As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31/12/2020 e 2019 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei nº 6.404/76, alteradas pela Lei nº 11.638/07, nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC, homologados pelos órgãos reguladores. 2. Principais práticas contábeis adotadas: (a) Ajuste do resultado: As receitas e despesas são registradas no seu período de competência. (b) Ativos e passivos circulantes: Os ativos são apresentados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações incorridos. Os passivos são apresentados por valores conhecidos ou

RITA DE CÁSSIA YAZBEK  
Diretora

MICHELLE ALVES GONÇALVES  
Contadora - CRC: SP237.102/0-2

Renttower Empreendimentos S/A									
CNPJ/MF nº 04.250.865/0001-67									
Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)									
Balanços Patrimoniais			Demonstrações do Resultado				Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido		
Ativo	2020	2019	2020	2019	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total		
<b>Circulante</b>	<b>5.110</b>	<b>9.777</b>	<b>Receitas (despesas) operacionais</b>	<b>(3.609)</b>	<b>50.000</b>	<b>(46.903)</b>	<b>3.097</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	5.110	9.777	Despesas operacionais	(4.386)	-	(5.125)	(5.125)		
Total do ativo	5.110	9.777	Impostos, taxas e contribuições	(163)	-	(5.125)	(5.125)		
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>Prejuízo operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>(3.772)</b>	<b>50.000</b>	<b>(52.028)</b>	<b>(2.028)</b>		
<b>Não circulante</b>	<b>11.805</b>	<b>11.805</b>	<b>Despesas financeiras</b>	<b>(895)</b>	-	(4.667)	(4.667)		
Partes relacionadas	11.805	11.805	<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(4.667)</b>	<b>50.000</b>	<b>(56.695)</b>	<b>(6.695)</b>		
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>50.000</b>	<b>50.000</b>	<b>Demonstrações dos Fluxos de Caixa</b>						
Prejuízos acumulados	(56.695)	(52.028)	<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>13.036.473</b>			
Total do patrimônio líquido	(6.695)	(2.028)	Lucro/Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	(4.667)	(5.125)	<b>(4.667)</b>			
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>5.110</b>	<b>9.777</b>	<b>Outros resultados abrangentes</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>			
			<b>Resultado abrangente total</b>	<b>(4.667)</b>	<b>(5.125)</b>	<b>-</b>			
<b>Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras</b>									
1. Contexto operacional: A Sociedade não efetuou nenhuma operação significativa no decorrer dos anos de 2020 e 2019. 2. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira. 3. Caixas e equivalentes de caixa: Refere-se ao saldo da conta corrente no Banco Safra S/A. 4. Patrimônio líquido: 4.1. Capital Social: O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 2020 e 2019, montou a R\$ 50.000,00, representado por 219.750 ações sem valor nominal.									
Sérgio Jesus Contador - CRC 1SP198209/O-2									

## Juros sobem com tensão sobre Orçamento, ruído político e pressão dos Treasuries



Os juros terminaram a segunda-feira em alta, refletindo tensões políticas e fiscais no Brasil e também mais um dia de estresse no segmento de Treasuries. As taxas longas tiveram alta de 13 pontos-base e as de curto prazo fecharam quase estáveis, configurando novo aumento de inclinação da curva.

O desenho espelha as preocupações com a maquiagem da proposta de Orçamento 2021 para acomodar bilhões em emendas parlamentares e o aumento do ruído político envolvendo o ministro de Relações Exteriores, Ernesto Araújo, que acabou deixando o cargo. Lá fora, o retorno da T-Note de 10 anos acima 1,70%, mesmo num dia esvaziado de indicadores e sem leilões de venda de títulos, ajudou a inclinar a curva.

A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2022 passou de 4,736% para 4,765% e a do DI para janeiro de 2025

fechou a etapa regular em 8,26%, de 8,116% no ajuste de sexta-feira. A taxa do DI para janeiro de 2027 terminou em 8,83%, de 8,694%.

Com mais uma edição do Boletim Focus apontando nova alta na mediana de Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para 2021 (4,71% para 4,81%), os juros já abriram pressionados também pelo noticiário do fim de semana e, ainda pela manhã, chegaram a avançar 20 pontos-base na ponta longa.

Internamente, o principal fator a empurrar as taxas foi o Orçamento 2021.

O mercado reagiu relativamente bem à aprovação pelo Congresso na quinta-feira, relevando, num primeiro momento, os problemas fiscais que o texto apresentava.

Durante o fim de semana os agentes digeriram melhor o Orçamento, com uma leitura bastante disseminada de que há diversos problemas, inclusive legais.

IstoÉDinheiro

**AAFellipelli Administração de Bens Próprios Ltda.**  
CNPJ/MF nº 33.040.954/0001-87 – NIRE 35.235.472.840  
**Ata de Reunião de Sócios realizada em 24 de março de 2021**  
**Data, Horário e Local:** Aos 24/03/2021, às 13h00, na sede da Sociedade, na Rua Doutor Mario Ferraz, 339, Apartamento 162, Jardim Europa, São Paulo-SP. **Convocação:** Os sócios foram devidamente convocados, de acordo com as formalidades previstas na Cláusula 9ª do Contrato Social da Sociedade. **Sócios Presentes:** (a) **Adriana Rabello Fellipelli**, RG nº 9.744.803-5 e CPF/MF nº 111.388.278-6; (b) **Alexia Fellipelli Stussi Neves**, RG nº 39.671.892-9 e CPF/MF nº 467.175.938-14. **Mesa:** Adriana Rabello Fellipelli, como Presidente e Adriane Silva Soares como secretária. **Ordem do Dia:** Redução do Capital Social da Sociedade. **Deliberações Tomadas por Unanimidade:** As sócias resolvem reduzir o capital da sociedade em **R\$ 590.000,00**, passando dos atuais **R\$ 600.000,00** para **R\$ 10.000,00**, divididos em **10.000** com valor nominal de **R\$ 1,00**, nos termos do **artigo 1.082, inciso II do Código Civil**, tendo em vista que o capital social se torna excessivo em relação ao seu objeto social, e a consequente alteração da Cláusula 5ª do contrato social, sendo da seguinte forma: (a) Redução do valor de **R\$ 22.000,00** em moeda corrente; e (b) Redução do valor de **R\$ 568.000,00** em decorrência da desincorporação do capital social de três bens imóveis comerciais de 100% de titularidade da sócia **Adriana Rabello Fellipelli**, conforme grafado nas respectivas matrículas, e descritos a seguir: **Imóvel A:** Escritório sito à Rua Claudio Soares, nº 72 conjunto 218 conforme descrito na matrícula 126.832 do 10º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, Código de Contribuinte da PMSP 015.070 no valor de R\$ 196.000,00. **Imóvel B:** Escritório sito à Rua Claudio Soares, nº 72 conjunto 219 conforme descrito na matrícula 126.833 do 10º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, Código de Contribuinte da PMSP 015.073.0266-5 no valor de R\$186.000,00. **Imóvel C:** Escritório sito à Rua Claudio Soares, nº 72 conjunto 220 conforme descrito na matrícula 126.834 do 10º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, Código de Contribuinte da PMSP 015.073.0267-3 no valor de R\$186.000,00. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém a pedisse, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. São Paulo, 24/03/2021. Assinaturas: Adriana Rabello Fellipelli – Presidente da Mesa; Adriane Silva Soares – Secretária. Adriana Rabello Fellipelli; Alexia Fellipelli Stussi Neves.

**Paraguassu Participações S.A.** – CNPJ nº 09.477.912/0001-23  
**Aviso aos Acionistas**  
Comunicamos aos Srs Acionistas que se acham a disposição na sede social os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76. Campinas, 29/03/2021. Lia Haaland Valente – Presidente. (30 e 31/03 e 01/04/2021)

<b>DÓLAR compra/venda</b>	<b>Finacial 100 (Londres): -0,07%</b>
<b>Câmbio livre BC - R\$ 5,7919 / R\$ 5,7925 **</b>	<b>Nikkei 225 (Tóquio): 0,71%</b>
<b>Câmbio livre mercado - R\$ 5,7650 / R\$ 5,7670 *</b>	<b>Hang Seng (Hong Kong): 0,01%</b>
<b>Turismo - R\$ 5,7800 / R\$ 5,9130</b>	<b>Shanghai Composite (Xangai): 0,50%</b>
<b>(*) cotação média do mercado</b>	<b>CSI 300 (Xangai e Shenzhen): 0,18%</b>
<b>(**) cotação do Banco Central</b>	<b>Merval (Buenos Aires): 1,72%</b>
	<b>IPC (México): 0,78%</b>

**Variação do câmbio livre mercado no dia: 0,47%**

**OURO BM&F R\$ 313,200**

**BOLSAS**  
**B3 (Ibovespa) Variação: 0,56%**  
**Pontos: 115.418**  
**Volume financeiro: R\$ 25,852 bilhões**  
**Maiores altas: Pão de Açúcar ON (7,10%), Minerva ON (6,51%), Taesa UNT (6,37%)**  
**Maiores baixas: Etec ON (-3,04%), Santander Brasil UNR (-2,93%), Sul América UNT (-2,81%)**

<b>S&amp;P 500 (Nova York): -0,09%</b>	<b>Junho 2020: 0,30%</b>
<b>Dow Jones (Nova York): 0,30%</b>	<b>Julho 2020: 0,44%</b>
<b>Nasdaq (Nova York): -0,60%</b>	<b>Agosto 2020: 0,36%</b>
<b>CAC 40 (Paris): 0,45%</b>	<b>Setembro 2020: 0,87%</b>
<b>Dax 30 (Frankfurt): 0,47%</b>	<b>Outubro 2020: 0,89%</b>
	<b>Novembro 2020: 0,95%</b>
	<b>Dezembro 2020: 1,46%</b>
	<b>Janeiro 2021: 0,27%</b>
	<b>Fevereiro: 0,82%</b>

# Publicidade Legal

## FÁBRICA DE BOTÕES COROZITA S.A. CNPJ 72.278.880/0001-73 - NIRE 35300061314

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A **Fábrica de Botões Corozita S.A.**, por sua diretoria, convoca todos os acionistas para a realização da **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 12 de abril de 2021, às 15h**, em primeira convocação e as **15h30min**, em segunda convocação, de modo virtual através da plataforma ZOOM, para apreciação da seguinte ordem do dia: 1. Apreciação das contas e demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. 2. Outros assuntos de interesse dos acionistas. A Diretoria, Taubaté, 16 de Março de 2021 (26, 30 e 31/03/2021)

## FÁBRICA DE BOTÕES COROZITA S.A. CNPJ 72.278.880/0001-73 - NIRE 35300061314

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A **Fábrica de Botões Corozita S.A.**, por sua diretoria, convoca todos os acionistas para a realização da **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 12 de abril de 2021, às 14h**, em primeira convocação e as **14h30min**, em segunda convocação, de modo virtual através da plataforma ZOOM, para apreciação da seguinte ordem do dia: 1. Ratificação da pauta do dia apreciada na assembleia geral ordinária e extraordinária, realizada em 23 de julho de 2020, as 16 horas, onde foram deliberados os seguintes temas: • Apreciação das contas e demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019. • Apresentação do Fluxo Financeiro Operacional para o exercício de 2020. • Apreciação da hipótese de alteração de Sociedade Anônima (S/A) para Sociedade Limitada (LTDA). • Apreciação da Renúncia do Diretor Técnico. • Discussão dos acionistas sobre: a) A administração profissional da sociedade; b) A possibilidade e os interesses sobre a alienação da empresa; c) A apresentação dos dados (documentos) pendentes apontados pela auditoria. A Diretoria, Taubaté, 16 de Março de 2021 (26, 30 e 31/03/2021)

## Capgemini Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 65.599.953/0001-63 - NIRE 35.300.178.815

### Edital de Convocação – Disponibilidade de Documentos

Ficam os Srs. Acionistas convocados e informados que encontra-se à disposição na sede da Companhia, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Grajaú, nº 60, 14º andar, Alphaville, conforme preceitua o artigo 133 da Lei 6.404/76, a partir do dia 29/03/2021, os documentos abaixo listados: I – Relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo; II – Cópia das demonstrações financeiras; III – Parecer dos auditores independentes. Barueri/SP, 26/03/2021. **Diretores:** Maurício Mondani; João Leonardo da Silva Gomes Figueira. (26, 27 e 30/03/2021)

## Tekno S.A. – Indústria e Comércio

CNPJ/ME nº 33.467.572/0001-34 – Companhia Aberta

### Assembleia Geral Ordinária – Edital de Convocação

São convocados os Srs. Acionistas a se reunirem em AGO, sob a forma exclusivamente digital, nos termos do artigo 4º, § 2º, inciso I e artigo 21-C, §§ 2º e 3º da Instrução CVM nº 481, de 17/12/2009 ("IN CVM 481"), a ser realizada no dia **29/04/2021, às 10h30**, através da plataforma digital ZOOM, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Relatório de Administração, Demonstrações Financeiras e Parecer dos Auditores, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2020; b) Orçamento de Capital; c) Destinação do lucro do exercício findo e distribuição dos dividendos; d) Fixação da verba anual da remuneração dos administradores; e) Instalação do Conselho Fiscal. **Orientações Gerais:** 1. A Proposta da Administração contemplando toda a documentação relativa às matérias constantes da Ordem do Dia e o boletim de voto a distância foram disponibilizados aos Acionistas da Companhia nesta data, na forma prevista na IN CVM 481, e podem ser acessados através dos websites da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da Companhia ([www.teknokroma.com.br](http://www.teknokroma.com.br)). 2. Os documentos do artigo 133 da Lei nº 6.404/76 encontram-se à disposição dos Acionistas na sede da Companhia localizada na Rua Alfredo Mário Pizzotti, nº 51, São Paulo-SP, no website da Companhia ([www.teknokroma.com.br](http://www.teknokroma.com.br)) e da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), e foram publicados nos termos do artigo 133, § 3º, da Lei das S.A. Considerando a pandemia da COVID-19 (coronavírus) no Brasil e as restrições de circulação e reunião de pessoas dela decorrente, a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do Acionista somente poderá ser: (a) via boletim de voto a distância, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida para a votação a distância constam no Boletim de Voto a Distância que pode ser acessado nos websites mencionados acima; e (b) via Plataforma Digital, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído nos termos do artigo 21-C, §§ 2º e 3º da IN CVM 481, caso em que o Acionista poderá: (i) simplesmente participar da Assembleia, tenha ou não enviado o Boletim; ou (ii) participar e votar na Assembleia, observando-se que, mesmo que o Acionista já tenha enviado o Boletim de Voto a Distância, poderá, caso queira, votar na Assembleia, hipótese em que todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim serão desconsideradas. 4. Documentos necessários para acesso à Plataforma Digital: Os Acionistas que desejem participar da Assembleia deverão enviar para o e-mail [ri@teknokroma.com.br](mailto:ri@teknokroma.com.br), com solicitação de confirmação de recebimento, com, no mínimo, 2 dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 27/04/2021, os seguintes documentos: (i) pessoas físicas: documento válido de identidade com foto e número do CPF; (ii) pessoas jurídicas: último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista, CNPJ e documento de identidade com foto do representante legal; (iii) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade, demonstrando a titularidade das ações em até 3 dias antes da data da realização da Assembleia; (iv) instrumento de mandato, na hipótese de representação do Acionista, acompanhado dos documentos indicados no item (ii), caso o Acionista seja pessoa jurídica; e/ou (v) relativamente aos Acionistas participantes da custódia de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pela entidade competente, demonstrando a titularidade das ações em até 3 dias antes da data da realização da Assembleia. Nos termos do artigo 5º, § 3º da IN CVM 481, não será admitido o acesso à Plataforma Digital de Acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto. A Companhia esclarece que, excepcionalmente para esta Assembleia, a Companhia dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Acionistas para a sede da Companhia, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do Acionista, a notoriedade, a consularização, e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do Acionista, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos para o e-mail da Companhia indicado acima. Os acionistas que atenderem os requisitos para a participação da Assembleia receberão da Companhia, por e-mail, um link de acesso da Plataforma Digital, até 24 hs. antes da Assembleia. 5. Informações detalhadas sobre as regras e procedimentos para participação e/ou votação a distância na Assembleia, inclusive orientações sobre acesso à Plataforma Digital e para envio do Boletim de Voto a Distância, constam do Manual para Participação de Acionistas na Assembleia, da Proposta de Administração da Companhia e próprio Boletim de Voto a Distância, disponíveis nos websites da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da Companhia ([www.teknokroma.com.br](http://www.teknokroma.com.br)). São Paulo, 26/03/2021. **Fernando Antonio Albino de Oliveira** – Presidente do Conselho de Administração. (26, 27 e 30/03/2021)

## BROOKLYN EMPREENDIMENTOS S.A.

CNPJ/MF nº 61.364.022/0001-25

### RELATÓRIO DA DIRETORIA

**Senhores Acionistas,** Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, apresentadas de forma comparativa, compreendendo o Balanço Patrimonial acompanhado das Notas Explicativas, da Demonstração do Resultado, da Demonstração dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido. Permanecemos à disposição dos senhores acionistas para quaisquer outros esclarecimentos adicionais. São Paulo, 25 de março de 2021.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO					
Ativo	2020		2019		Passivo
	R\$	R\$	R\$	R\$	
<b>Circulante</b>					<b>Circulante</b>
Disponível	181	508	Contas a pagar (Nota 7)	11.285.632	10.293.073
Aplicações financeiras (Nota 3)	570.203	626.613	Obrigações sociais e tributárias	582.876	135.580
Contas a receber	11.549.256	15.691.391	Provisão para pagamentos a efetuar	341.172.257	345.626.713
Rendas a receber	10.425.717	5.058.789	<b>Total do circulante</b>	<b>353.040.765</b>	<b>356.055.366</b>
Impostos a recuperar	7.304.685	7.658.941	<b>Não Circulante</b>		
Demais valores a receber	—	304.346	Provisão para pagamentos a efetuar	22.170.956	21.892.889
Estoques	2.029.677	2.029.677	Rendas a Receber	95.956.259	—
Despesas pagas antecipadamente	—	479.914	<b>Total do não circulante</b>	<b>118.127.215</b>	<b>21.892.889</b>
<b>Total do circulante</b>	<b>32.004.915</b>	<b>31.850.179</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>		
<b>Não Circulante</b>			Capital social (Nota 8)	24.515.353	24.515.353
Depósitos judiciais	7.248.869	11.289.340	Reserva de reavaliação	15.798.320	16.038.303
Recursos sob Gestão de Terceiros	57.219.277	52.623.399	Reserva de Lucros	32.694.251	12.083.528
Rendas a receber (nota 4)	92.168.357	—	<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>73.007.924</b>	<b>52.637.184</b>
Contribuições a recuperar	31	242.826			
Investimentos (Nota 5)	281.870.555	257.576.635			
Imobilizado (Nota 6)	73.663.901	77.003.058			
<b>Total do não circulante</b>	<b>512.170.990</b>	<b>398.735.259</b>			
<b>Total do Ativo</b>	<b>544.175.904</b>	<b>430.585.438</b>	<b>Total do Passivo</b>	<b>544.175.904</b>	<b>430.585.438</b>

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO		
	2020	2019
	R\$	R\$
<b>Receitas Operacionais</b>		
Serviços prestados	—	1.419.786
Rendas financeiras	7.151.134	1.809.473
Rendas imobiliárias	3.000.000	5.646.890
Rendas patrimoniais	4.171.346	23.605.536
<b>Receita bruta</b>	<b>14.322.480</b>	<b>32.481.685</b>
<b>Despesas Operacionais</b>		
Administrativas	8.856.309	12.337.931
Pessoal	4.123.438	7.828.110
Financeiras	589.061	720.822
Tributárias	1.337.693	1.461.214
Patrimoniais	3.339.157	3.357.992
<b>Lucro (Prejuízo) operacional</b>	<b>(3.923.179)</b>	<b>6.775.616</b>
<b>Receitas e Despesas Não Operacionais</b>		
Ganhos (ou perdas) de capital	—	248.850
Resultado da avaliação de investimentos	24.293.919	8.560.014
<b>Resultado não operacional</b>	<b>24.293.919</b>	<b>8.808.864</b>
<b>Lucro (prejuízo) Antes do IRPJ e da CSLL</b>	<b>20.370.741</b>	<b>15.584.480</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	—	—
<b>Lucro (prejuízo) Líquido do Exercício</b>	<b>20.370.741</b>	<b>15.584.480</b>
Quantidade de Ações do Capital Social	33.798	33.798
Lucro (Prejuízo) por Ação	602,72	461,11

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
	Capital social	Reservas de reavaliação	Lucros ou prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
<b>Saldos em 31/12/2018</b>	<b>24.515.353</b>	<b>16.278.286</b>	<b>(14.042.819)</b>	<b>26.750.819</b>
Realização da reserva de reavaliação	—	(239.983)	239.983	—
Ajuste de exercícios anteriores	—	—	10.301.884	10.301.884
<b>Lucro do exercício</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>15.584.480</b>	<b>15.584.480</b>
<b>Saldos em 31/12/2019</b>	<b>24.515.353</b>	<b>16.038.303</b>	<b>12.083.527</b>	<b>52.637.183</b>
Realização da reserva de reavaliação	—	(239.983)	239.983	—
<b>Lucro do exercício</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>20.370.741</b>	<b>20.370.741</b>
<b>Saldos em 31/12/2020</b>	<b>24.515.353</b>	<b>15.798.320</b>	<b>32.694.251</b>	<b>73.007.924</b>

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

**1) Contexto operacional:** A empresa tem por objeto social a atividade preponderante de compra, venda e locação de bens próprios e participação no capital de outras sociedades. **2) Principais diretrizes contábeis:** 2.a) **Apreciação do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência. As demonstrações financeiras em 31/12/2020 são apresentadas de acordo com os princípios contábeis previstos na legislação societária. 2.b) **Ativo Circulante:** Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas. 2.b.1) **Não Circulante:** Os valores dos bens estão demonstrados pelo custo de aquisição, combinados com os seguintes aspectos: 2.b.1.1) **Participações societárias em controladas e coligadas:** avaliadas pelo método de Equivalência Patrimonial; 2.b.1.2) **Depreciação do ativo imobilizado:** reconhecida pelo método linear, utilizando-se as taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos mesmos, conforme tabela da nota 6. 2.c) **Passivo Circulante e Não Circulante:** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. **3) Aplicações financeiras:** 2020 2019 Investimentos em ações – CP 570.203 626.613 **4) Fato Relevante:** Foram reconhecidos no presente exercício, os rendimentos a receber decorrentes de contrato de locação de longo prazo, nos termos do que determina o CPC 47. **5) Investimentos - Controladas e Coligadas:** SUPREV Serviços, Consultoria e Assessoria em Previdência Privada S/S Ltda 2020 2019 Quantidade de quotas 1.500 1.500 Participação no capital social (%) 33,33 33,33 Capital realizado atualizado 1.500 1.500 Patrimônio líquido contábil 217.632 251.220 (33.588) (36.126) Resultado da participação em coligada e controlada (11.195) (11.053) SOLANIS Brasil Investimentos e Serviços Ltda 2020 2019 Quantidade de quotas 178.109.848 178.109.848 Participação no capital social (%) 99,99 99,99 Capital realizado 178.109.848 178.109.848 Patrimônio líquido contábil 281.806.457 257.498.912 Lucro (prejuízo) contábil 24.307.545 10.371.924 Resultado da participação em coligada e controlada 24.305.114 8.571.067

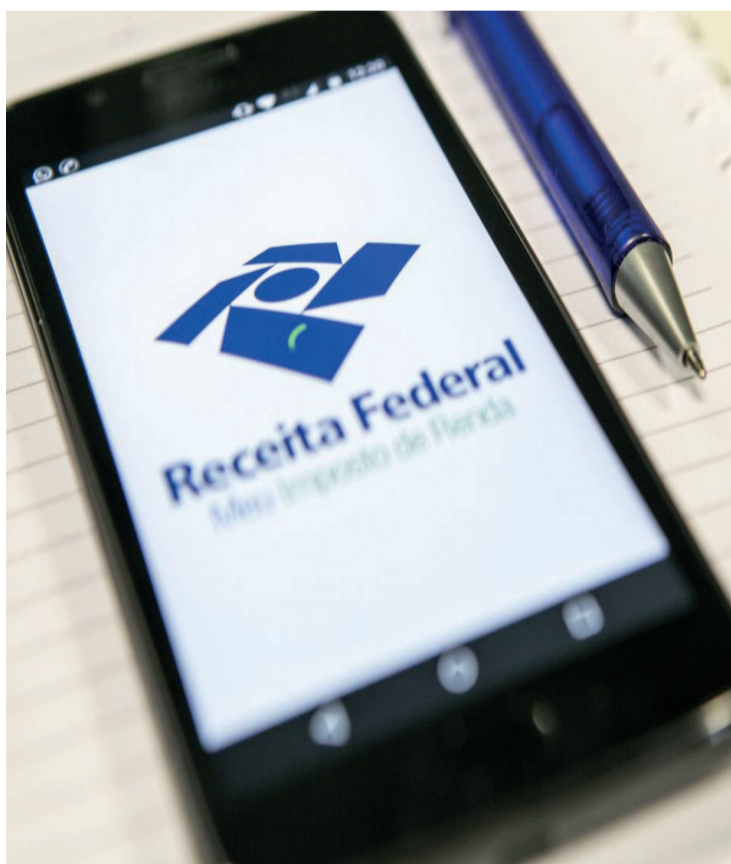
### DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA DOS BALANÇOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM REAIS)

	2020	2019
<b>Atividades Operacionais</b>		
<b>Recebimentos</b>		
- clientes	1.822.703	10.197.861
- outras receitas operacionais	643.927	5.090.945
- recebimento precatório federal - PIS Indébito	—	14.978.142
- recebimento Lojas Americanas	—	1.186.754
- Proc. 0009630-59/2011.8.24.0064	3.598.531	—
- recebimento Precatório Copersucar	4.160.776	—
- recebimento Restituição IRPJ EX 1989	—	—
<b>Aplicações Financeiras</b>		
- ganho (perda) líquido com aplicações financeiras	—	66.415
<b>Pagamentos</b>		
- salários e pró-labore	(539.338)	(497.604)
- encargos e benefícios sociais	(2.106.283)	(2.720.730)
- impostos e contribuições	(114.992)	(772.545)
- serviços tomados	(7.412.188)	(11.109.428)
- aluguel e condomínio	—	(199.709)
- demais despesas operacionais	(1.215.630)	(1.451.043)
<b>Caixa Líquido Gerado (Consumido) nas Atividades Operacionais</b>	<b>(1.162.495)</b>	<b>14.769.059</b>
<b>Atividades de Investimento</b>		
Recebimento pela venda de investimentos - Ações	804.689	2.810.266
Dividendos recebidos	1.101.000	—
Recebimento pela venda de imobilizado	—	39.871
Pagamento pela compra de imobilizado	—	(16.665)
<b>Caixa Líquido Gerado (Consumido) nas Atividades de Investimento</b>	<b>1.905.689</b>	<b>2.833.473</b>
<b>Atividades de Financiamento</b>		
Gestão de Recursos com Terceiros	(743.335)	(17.708.263)
<b>Caixa Líquido Gerado (Consumido) nas Atividades de Financiamento</b>	<b>(743.335)</b>	<b>(17.708.263)</b>
<b>Aumento (Redução) Líquido no Caixa e Equivalente-Caixa</b>	<b>(140)</b>	<b>(105.730)</b>
<b>Saldos Iniciais de Caixa</b>		
+ Equivalentes-Caixa em Janeiro	321	106.052
<b>Saldos Finais de Caixa</b>	<b>181</b>	<b>321</b>
+ Equivalentes-Caixa em Dezembro	181	321
<b>Aumento (Redução) Líquido no Caixa e Equivalente-Caixa</b>	<b>(140)</b>	<b>(105.730)</b>

### DIRETORIA

**PAULO POMPEIA GAVIÃO GONZAGA**  
Diretor Presidente  
**JOSÉ ROBERTO MARTINEZ DE CAMARGO**  
Diretor  
**KLEBER HENKE SOUZA**  
Contador CRC 15P181166/0-8

## Quase 9 milhões de contribuintes enviaram declaração do IRPF



Nas quatro primeiras semanas de entrega da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física, 8.992.283 contribuintes acertaram as contas com o Leão. Isso equivale a 27,6% do previsto para este ano. O balanço foi divulgado na tarde de ontem (29) pela Receita Federal, com dados apurados até as 11h desta segunda-feira.

Neste ano, o Fisco espera receber até 32.619.749 declarações. No ano passado, foram enviadas 31.980.146 declarações.

O prazo de entrega começou em 1º de março e irá até as 23h50min59s de 30 de abril.

O programa para computador está disponível na página da Receita Federal na internet. Quem perder o prazo de envio terá de pagar multa

de R\$ 165,74 ou 1% do imposto devido, prevalecendo o maior valor.

A entrega é obrigatória para quem recebeu acima de R\$ 28.559,70 em rendimentos tributáveis em 2020. Isso equivale a um salário acima de R\$ 1.903,98, incluído o décimo terceiro.

Também deverá entregar a declaração quem tenha recebido rendimentos isentos acima de R\$ 40 mil em 2020, quem tenha obtido ganho de capital na venda de bens ou realizou operações de qualquer tipo na Bolsa de Valores, quem tenha patrimônio acima de R\$ 300 mil até 31 de dezembro do ano passado e quem optou pela isenção de imposto de venda de um imóvel residencial para a compra de um outro imóvel em até 180 dias. Pelas estimativas da Receita Federal, 60% das de-

clarações terão restituição de imposto, 21% não terão imposto a pagar nem a restituir e 19% terão imposto a pagar.

Assim como no ano passado, serão pagos cinco lotes de restituição. Os reembolsos serão distribuídos nas seguintes datas: 31 de maio (primeiro lote), 30 de junho (segundo lote), 30 de julho (terceiro lote), 31 de agosto (quarto lote) e 30 de setembro (quinto lote).

O prazo para as empresas, os bancos e as demais instituições financeiras e os planos de saúde fornecerem os comprovantes de rendimentos acabou em 26 de fevereiro. O contribuinte também deve juntar recibos, no caso de aluguéis, de pensões, de prestações de serviços, e notas fiscais, usadas para comprovar deduções.

Wellton Máximo/Folhapress

# Publicidade Legal

## Breda Transportes e Serviços S/A

CNPJ/MF nº 05.160.935/0001-59

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balancos Patrimoniais		Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido		Capital social	Reservas de capital	Reserva legal	Prejuízos acumulados	Resultado do exercício	Patrimônio Líquido
2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
<b>Ativo/Circulante</b>	<b>79.058</b>	<b>60.855</b>	<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>120.369</b>	<b>179</b>	<b>(4.646)</b>	<b>9.570</b>	<b>115.902</b>
Caixa e equivalentes de caixa	47.084	6.822	Resultado do exercício		-	-	-	9.570	9.570
Contas a receber	4.266	6.591	Compensação de prejuízos		-	-	4.646	(4.646)	-
Estoques	905	1.162	Reserva legal		-	246	-	(246)	-
Tributos a recuperar	1.666	3.055	Subvenções governamentais		-	1.150	-	(1.150)	-
Partes relacionadas	15.865	29.619	Distribuição de lucros - dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(882)	(882)
Adiantamentos	5	216	Dividendo adicional - excedente ao mínimo obrigatório		-	-	-	(2.646)	(2.646)
Outros créditos	9.267	13.390	<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>120.369</b>	<b>1.150</b>	<b>425</b>	<b>(2.305)</b>	<b>121.944</b>
<b>Não circulante</b>	<b>176.436</b>	<b>201.913</b>	Resultado do exercício		-	-	-	2.117	(2.305)
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>56.898</b>	<b>58.190</b>	Transferência para prejuízos acumulados		-	-	(2.117)	2.117	-
Contas a receber	-	6.741	Compensação de prejuízos		-	-	425	-	-
Partes relacionadas	49.598	41.242	Subvenções governamentais		-	(188)	-	188	-
Depósitos	4.048	6.510	<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>120.369</b>	<b>962</b>	<b>(1.692)</b>	<b>-</b>	<b>119.639</b>
Outros créditos	696	74	Não houve resultados abrangentes nos exercícios divulgados, além do resultado líquido do exercício.		-	-	-	-	-
Tributos a recuperar	983	-	<b>Demonstração dos Resultados</b>		<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>Demonstração dos Fluxos de Caixa</b>		
Tributos diferidos	1.573	3.623	<b>Receita líquida</b>		<b>64.902</b>	<b>113.598</b>	<b>Atividades operacionais</b>		
Investimentos	322	322	<b>Custos</b>		<b>(55.217)</b>	<b>(79.683)</b>	<b>Resultado antes do IRPJ e CSLL</b>		
Outros investimentos	322	322	<b>Lucro bruto</b>		<b>9.685</b>	<b>33.915</b>	<b>Ajuste para reconciliar o resultado líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais:</b>		
Imobilizado	119.049	142.730	<b>Receitas (despesas) operacionais</b>		<b>(10.381)</b>	<b>(14.159)</b>	Depreciação		
Intangível	167	671	Despesas comerciais		(2.837)	(3.869)	12.381		
<b>Total do ativo</b>	<b>255.494</b>	<b>262.768</b>	Despesas gerais e administrativas		(9.891)	(17.629)	503		
<b>Passivo/Circulante</b>	<b>51.705</b>	<b>38.678</b>	Outras receitas operacionais		2.347	7.339	14.295		
Empréstimos e financiamentos	28.885	19.479	<b>Resultado na alienação do imobilizado</b>		<b>889</b>	<b>1.662</b>	25.583		
Arrendamentos financeiros	4.830	5.193	<b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras</b>		<b>193</b>	<b>21.418</b>	Provisão (Reversão) de contingências		
Fornecedores	6.289	2.466	<b>Resultado financeiro</b>		<b>(3.426)</b>	<b>(5.910)</b>	(4.756)		
Obrigações tributárias	695	1.802	<b>Resultado antes do IRPJ e CSLL</b>		<b>(3.233)</b>	<b>15.508</b>	Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosas		
Imposto de renda e contribuição social	1.438	228	IRPJ e CSLL correntes		(2.113)	(7.044)	-		
Parcelamentos fiscais	640	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos		3.041	1.106	-		
Obrigações trabalhistas	3.864	4.045	<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>(2.305)</b>	<b>9.570</b>	-		
Adiantamentos	1.923	1.280	<b>Número de ações</b>		<b>17.151.065</b>	<b>17.151.065</b>	-		
Outras obrigações	44	825	<b>Resultado líquido básico e diluído por ação (Em R\$)</b>		<b>(0,13)</b>	<b>0,56</b>	-		
Partes relacionadas	3.097	3.360	<b>Demonstração do Valor Adicionado</b>		<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>Atividades de investimentos</b>		
<b>Não circulante</b>	<b>84.150</b>	<b>102.146</b>	<b>Receitas</b>		<b>80.270</b>	<b>139.896</b>	Partes relacionadas		
Empréstimos e financiamentos	10.535	21.185	Receita dos serviços prestados		79.110	138.055	(3.601)		
Arrendamentos financeiros	11.126	13.122	Outras receitas		889	1.662	1.797		
Fornecedores	472	472	Provisão para créditos de liquidação duvidosa		271	179	(23.038)		
Obrigações tributárias	20.784	19.160	Insumos adquiridos de terceiros		(27.844)	(38.932)	(1.753)		
Tributos diferidos	29.638	34.728	Custo dos serviços prestados		(17.947)	(25.984)	16.212		
Parcelamentos fiscais	2.439	-	Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(9.424)	(7.152)	(7.764)		
Partes relacionadas	6.750	6.798	Perda/Recuperação de valores ativos		(473)	(5.796)	(301)		
Passivos contingenciais	2.406	7.163	<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>52.426</b>	<b>100.964</b>	-		
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>119.639</b>	<b>121.944</b>	Depreciação e amortização		(12.884)	(16.772)	5.398		
Capital social	120.369	120.369	<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>		<b>39.542</b>	<b>84.192</b>	(3.601)		
Reservas de capital	962	1.150	<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		<b>7.876</b>	<b>8.759</b>	(19.422)		
Reserva legal	-	425	Receitas financeiras		845	1.421	1.797		
Prejuízos acumulados	(1.692)	-	Outras		7.031	7.338	(31.560)		
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>255.494</b>	<b>262.768</b>	<b>Valor adicionado total a distribuir</b>		<b>47.418</b>	<b>92.951</b>	-		

### Notas Explicativas

**1. Informações sobre a Companhia** - A Breda Transportes e Serviços S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital nacional fechada, do Grupo Comporte, com sede social localizada na Avenida Dom Jaime de Barros Câmara, 300 - sala 9, Planalto, São Bernardo do Campo, no Estado de São Paulo, fundada em 26 de junho de 2002, tem por objeto principal o transporte público coletivo de passageiros, sejam em linhas regulares ou sob forma de fretamento contínuo ou eventual, em qualquer parte do território nacional. A Companhia mantém suas permissões reguladas pelo poder Concedente, em que o Serviço Público de Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros é regulado pelo Poder Concedente Federal, o Serviço Público de Transporte Rodoviário Intermunicipal pelo Poder Concedente Estadual e o Serviço Público de Transporte Rodoviário Municipal pelo Poder Concedente Municipal. A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2021.

**2. Apresentação das demonstrações financeiras** - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversos métodos de avaliação que utilizam estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Os itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas

incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, as estimativas do valor recuperável dos terrenos e edificações, análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para as demandas judiciais e administrativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos

registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos anualmente. **3. Demonstrações Financeiras** - Completas e auditadas pela RSM Brasil Auditores Independentes estão disponíveis na sede da Empresa para apreciação.

**Maria Zélia R. S. França** - Diretora | **Ricardo Canton** - Diretor Operacional  
**Victor Panhota da Silva** - Controller CRC SP 302.068/O-8

## Dólar avança ante maioria das moedas, de olho em vacinação e retomada nos EUA



O dólar se fortaleceu na comparação com a maioria das moedas, sustentado por expectativas de recuperação da economia dos Estados Unidos, onde a campanha de vacinação contra a covid-19 se desenrola em ritmo mais veloz do que em outras partes. Entre os emergentes, o destaque na desvalorização foi da lira turca, após sinalizações de que o Banco Central local pode não aumentar os juros em abril.

O índice DXY, que mede a variação do dólar ante seis moedas fortes, fechou em alta de 0,19%, aos 92,944 pontos, em movimento apoiado pela desvalorização do euro, principal componente do índice. A moeda comum recuava a US\$ 1,1767 no fim da tarde em Nova York, enquanto a libra caía a US\$ 1,3760. O iene também se desvalorizou, e o dólar tinha alta a 109,85 ienes.

"Março tem sido um bom mês para o dólar", aponta a BK Asset Management, citando a expectativa de investidores pela divulgação dos dados de emprego nesta semana nos EUA, que analistas esperam ser o com a maior retomada de vagas em pelo menos cinco meses.

"Graças ao agressivo programa de vacinação do país, consumidores e empresas estão mais otimistas e a atividade econômica está melhorando", avalia a consultoria, em meio às novas metas para imunização no país. Por outro lado, o "único risco" é a proposta de pacote de infraestrutura do presidente Joe Biden, avaliada em até US\$ 3 trilhões, e que poderia pressionar o dólar, aponta.

IstoéDinheiro

## Clínicas do Brasil Holding S.A. - CNPJ/MF nº 23.670.693/0001-25

### Relatório de Administração

A administração da Clínicas do Brasil Holding S.A., sociedade por ações com sede na Avenida Cidade Jardim, 803, 9º andar, sala 1, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.670.693/0001-25 ("Companhia"), submete à apreciação de seus acionistas este relatório correspondente às atividades e resultados da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2020 e 31/12/2019. Os negócios e principais fatos administrativos ocorridos nos exercícios encerrados em 31/12/2020 e 31/12/2019 envolvendo a Companhia, bem como a descrição e os comentários da administração acerca dos destaques dos resultados da Companhia encontram-se resumidos a seguir. **Desempenho da Companhia:** O resultado da Companhia no exercício de 2020, assim como grande maioria das empresas brasileiras sofreu impactos relevantes decorrentes da pandemia mundial da COVID-19. Os efeitos da COVID-19 no mercado de saúde em otimo-

modo estão diretamente relacionados a restrição de circulação e estados de *lockdown* nas praças em que a Companhia está inserida. Além disso, mais de 50% da receita do Grupo advém da prestação de serviços para o público acima de 60 anos, sendo este o mesmo público que mais sofreu com os impactos negativos da Covid-19. Os maiores impactos decorrentes da pandemia foram sentidos no segundo e no terceiro trimestre, com o quarto trimestre já sinalizando uma retomada aos níveis de operação pré-pandemia decorrente das iniciativas para retomada dos pacientes aos hospitais, telemedicina, entre diversas ações praticadas para recuperação de receita. O quarto trimestre se firmou como um *ramp-up* importante para a operação de 2021 performar em linha com o orçamento previsto. Além disso, como medida imediata para perda de receita operacional foi implementado pela companhia um plano de contingência no qual foram readequados todos os

investimentos, despesas e custos de acordo com o novo cenário de operação formatado pela pandemia. Assim a companhia conseguiu passar pela pandemia com uma posição de caixa saudável, baixos gastos e fortes frentes de cobrança de recebíveis. Em 2020, o resultado da Companhia teve uma redução frente 2019, passando de um lucro de R\$ 23.052 mil para um prejuízo de R\$ 2.586 mil. Em 2020 o Grupo realizou a aquisição da Oftalmax Hospital de Olhos que marcou sua entrada no mercado de Pernambuco. Com isso, a Companhia soma 21 marcas, 44 unidades situadas em 6 estados do Brasil, além do Distrito Federal. **Demais atos e eventos relevantes:** Na opinião da administração, todos os atos e eventos relevantes para a análise do resultado da Companhia encontram-se descritos acima de maneira clara, completa e correta neste relatório e nas demonstrações financeiras da Companhia arquivadas em sua sede.

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Balancos Patrimoniais		Demonstrações do Resultado		Demonstrações do Fluxo de Caixa		
2020	2019	2020	2019	2020	2019	
<b>Ativo/Circulante</b>	<b>3.745</b>	<b>515</b>	<b>Receitas (despesas) operacionais</b>		<b>2.595</b>	<b>23.042</b>
Caixa e equivalentes de caixa	3.732	1	Despesas gerais e administrativas		(171)	1.288
Impostos a recuperar	13	11	Equivalência patrimonial		(2.424)	21.754
Partes relacionadas	-	503	Lucro antes do resultado financeiro		(2.595)	23.042
<b>Não circulante</b>	<b>325.744</b>	<b>295.043</b>	<b>Resultado financeiro</b>		<b>9</b>	<b>10</b>
Partes relacionadas	21.431	9.513	Receitas financeiras		9	10
Investimentos	298.879	285.529	Lucro antes do IRPJ e da contribuição social		(2.586)	23.052
Imobilizado	363	1	Lucro do exercício		(2.586)	23.052
Intangível	5.071	-	<b>Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido</b>			
<b>Total do ativo</b>	<b>329.489</b>	<b>295.558</b>	<b>Lucros (prejuízos) acumulados</b>			
<b>Passivo/Circulante</b>	<b>3.144</b>	<b>-</b>	<b>Transações de reserva de dividendos legais</b>			
Fornecedores	3	-	Integralização		183.676	3.402
Obrigações tributárias	1	-	de capital		3.402	60.224
Outros passivos	3.140	-	de reserva de capital		-	-
<b>Não circulante</b>	<b>4.827</b>	<b>262</b>	Transação de capital - (9.501)		1.331	-
Partes relacionadas	4.827	262	Lucro do exercício		-	-
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>321.518</b>	<b>295.296</b>	Reserva legal		-	-
Capital social	247.783	219.279	Dividendos propostos		-	-
Transação de capital	(5.795)	(6.099)	<b>Em 31/12/2019</b>		<b>61.555</b>	<b>3.882</b>
Reserva de lucro	61.555	61.555	Integralização		183.676	3.402
Reserva legal	1.153	1.153	de capital		3.402	60.224
Dividendos propostos	3.882	3.882	de reserva de capital		-	-
Lucros acumulados	12.940	15.526	Transação de capital - 304		-	-
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>329.489</b>	<b>295.558</b>	Prejuízo do exercício		-	-

Karla Maciel Dolabella - Diretora Financeira  
 Daiani Cristini Battisti Schulze - Contadora CRC SC-034.158/O

## Cotação das moedas

Coroa (Suécia) - 0,6666

Dólar (EUA) - 5,7925  
 Franco (Suíça) - 6,1760  
 Iene (Japão) - 0,05279  
 Libra (Inglaterra) - 7,9908  
 Peso (Argentina) - 0,06302  
 Peso (Chile) - 0,007906

Peso (México) - 0,2814  
 Peso (Uruguai) - 0,1301  
 Yuan (China) - 0,8820  
 Rublo (Rússia) - 0,07653  
 Euro (Unidade Monetária Europeia) - 6,8236



## Bolsa fecha em alta de 0,56%, apesar de incerteza política e fiscal



Em dia de bom desempenho para empresas com receita em dólar e exposição à demanda externa, como as de commodities, siderurgia e parte dos frigoríficos, o Ibovespa retomou a linha de 115 mil pontos, atingindo seu melhor nível de fechamento desde o último dia 19 (116.221,58 pontos). Nesta segunda-feira, de máxima intradia a R\$ 5,8067 e de fechamento a R\$ 5,7663 (+0,44%) para o dólar à vista, o índice da B3 encerrou em alta de 0,56%, a 115.418,72 pontos, entre mínima de 114.095,70 e máxima de 115.552,84 pontos, com giro moderado, a R\$ 25,7 bilhões.

Faltando duas sessões para o fim do mês, o Ibovespa acumula ganho de 4,89% em março, limitando as perdas do ano a 3,02%.

Após alerta sobre prejuízos em bancos estrangeiros, como Credit Suisse e Nomura, em razão de um fundo americano não ter cumprido compromissos, o desempenho misto do setor financeiro (Santander -2,93%, Bradesco ON +0,73%), o de maior peso no Ibovespa, foi o contraponto ao avanço dos segmentos de commodities (Vale ON +2,56%, Petrobras PN +1,58%) e siderurgia (CSN ON +3,67%), em dia de forte alta, de 4,08%, no minério de ferro em Qingdao (China), impulsionada por leitura acima do esperado para o lucro industrial chinês no primeiro bimestre, “o que reforça a expectativa de aumento da demanda em vista da forte atividade”, observa Rafael Ribeiro, analista da Clear Corretora.

IstoéDinheiro

Balancos Patrimoniais		Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	
	31/12/2020	Capital social	Transações de capital
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	1	15.732	5.277
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>1</b>		
<b>Não circulante</b>			
Partes relacionadas	318		
Investimentos	4.412		
Imobilizado	1.450		
Intangível	20.284		
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>26.464</b>		
<b>Total do ativo</b>	<b>26.465</b>		
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Partes relacionadas	319		
Contas a pagar – aquisição de empresas	3.716		
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>4.035</b>		
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	15.732		
Transação de capital	5.277		
Reserva legal	71		
Dividendos propostos	270		
Lucros acumulados	1.080		
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>22.430</b>		
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>26.465</b>		

Balancos Patrimoniais		Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido		Demonstrações do Resultado	
	2020	2019	Capital social	Reservas de capital	Retenção de lucros
<b>Ativo/Circulante</b>	<b>79.815</b>	<b>56.691</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	42.559	14.299			
Contas a receber	17	7.842			
Estoques	3.287	2.920			
Tributos a recuperar	720	172			
Partes relacionadas	28.585	28.362			
Adiantamentos	–	167			
Outros créditos	4.647	2.929			
<b>Não circulante</b>	<b>167.285</b>	<b>172.731</b>			
Realizável a longo prazo	63.079	81.585			
Contas a receber	2.121	20.600			
Partes relacionadas	60.645	60.662			
Depósitos	124	50			
Outros créditos	–	23			
Tributos diferidos	189	250			
Imobilizado	104.090	90.801			
Intangível	116	346			
<b>Total do ativo</b>	<b>247.100</b>	<b>229.423</b>			
<b>Passivo</b>					
<b>Circulante</b>	<b>83.202</b>	<b>89.069</b>			
Empréstimos e financiamentos	27.166	30.669			
Arrendamentos financeiros	15.182	12.259			
Fornecedores	17.789	17.760			
Obrigações tributárias	464	408			
Imposto de renda e contribuição social	–	808			
Parcelamentos fiscais	3.079	–			
Obrigações trabalhistas	13.894	12.600			
Adiantamentos	622	1.617			
Outras obrigações	1	122			
<b>Não circulante</b>	<b>71.375</b>	<b>38.745</b>			
Empréstimos e financiamentos	1.430	5.174			
Arrendamentos financeiros	27.989	20.779			
Fornecedores	1.269	–			
Obrigações tributárias	130	–			
Tributos diferidos	11.995	12.354			
Parcelamentos fiscais	11.247	–			
Partes relacionadas	17.090	–			
Passivos contingenciais	225	438			
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>92.523</b>	<b>101.609</b>			
Capital social	79.128	79.128			
Reservas de capital	6.081	4.069			
Retenção de lucros	228	12.747			
Reserva legal	7.086	5.665			
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>247.100</b>	<b>229.423</b>			

Demonstração dos Resultados		Demonstração do Valor Adicionado	
	2020	2019	
<b>Receita líquida</b>	<b>214.168</b>	<b>269.033</b>	<b>Receitas</b>
<b>Custos</b>	<b>(141.699)</b>	<b>(188.482)</b>	Receita dos serviços prestados
<b>Lucro bruto</b>	<b>72.469</b>	<b>80.551</b>	Outras receitas
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>	<b>(31.792)</b>	<b>(21.509)</b>	Insuportos adquiridos de terceiros
Despesas comerciais	(1.704)	(3.352)	Custo dos serviços prestados
Despesas gerais e administrativas	(34.097)	(23.062)	Materiais, energia, serviços de terceiros e outros
Outras receitas operacionais	4.009	4.905	Perda/Recuperação de valores ativos
<b>Resultado na alienação do imobilizado</b>	<b>1.212</b>	<b>(2.745)</b>	<b>Valor adicionado bruto</b>
<b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras</b>	<b>41.889</b>	<b>56.297</b>	Depreciação e amortização
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(3.729)</b>	<b>(4.340)</b>	<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>38.160</b>	<b>51.957</b>	<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(10.465)	(12.949)	Receitas financeiras
Imposto de renda e contribuição social diferidos	298	383	Outras
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>28.413</b>	<b>39.391</b>	<b>Valor adicionado total a distribuir</b>
<b>Número de ações</b>	<b>79.127.784</b>	<b>79.127.784</b>	<b>Distribuição do valor adicionado:</b>
<b>Resultado líquido básico e diluído por ação (Em Reais)</b>	<b>0,36</b>	<b>0,50</b>	<b>Pessoal</b>

1. **Informações sobre a Companhia** – A BR Mobilidade Baixada Santista S/A – SPE, (“Companhia”) é uma sociedade anônima do Grupo Comport, com sede social localizada na Avenida Francisco Manoel, 1.050 – Jabuquara, Santos, no Estado de São Paulo. Fundada em 19/12/2014, tem como atividade principal o transporte ferroviário de passageiros municipal e em região metropolitana, compreendendo a prestação dos serviços públicos de transporte urbano coletivo intermunicipal, por ônibus, veículo leve sobre trilhos (VLT) e demais veículos de baixa e média capacidade, previsto na legislação em vigor. A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2021.

2. **Apresentação das demonstrações financeiras** – As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversos métodos de avaliação que utilizam estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Os itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, as estimativas do valor recuperável dos terrenos e edificações, análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para as demandas judiciais e administrativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos anualmente. 3. **Demonstrações Financeiras** – Completas e auditadas pela RSM Brasil Auditores Independentes estão disponíveis na sede da Companhia para apreciação.

Maria Zélia Rodrigues de Souza França – Diretora  
Paulo Sérgio Coelho – Diretor  
Victor Panhota da Silva – CRC SP 302.068/O-8 Controller

## Maioria das Bolsas da Europa fecha em alta, apesar de atenção com setor

A maioria das bolsas da Europa encerrou a sessão desta segunda-feira em alta, ajustando-se ao fechamento positivo das bolsas de Nova York na última sexta-feira após o presidente norte-americano, Joe Biden, prometer um novo plano de infraestrutura para apoiar a retomada da atividade no país. Por outro lado, o pregão teve

tintas de cautela, com o setor bancário no vermelho em meio a alertas de prejuízos financeiros por parte de Credit Suisse e Nomura Holdings.

O índice pan-europeu Stoxx 600 fechou o dia em alta de 0,16%, aos 427,61 pontos.

O otimismo de investidores com a recuperação da economia norte-americana conseguiu manter o otimismo em praças euro-

peias como Frankfurt e Paris.

O otimismo de investidores com a recuperação da economia norte-americana conseguiu manter o otimismo em praças europeias como Frankfurt e Paris, apesar de notícias negativas ao longo da sessão e desconforto com o recrudescimento da pandemia no continente.

IstoéDinheiro

# Publicidade Legal

## Pedreira Cachoeira S/A — CNPJ/MF nº 62.310.644/0001-33

Relatório da Administração

A Diretoria informa aos seus acionistas, nos termos do artigo 133, I, c.c. artigo 133, § 5º, ambos da Lei nº 6.404/76, os fatos administrativos, negociais e sociais mais relevantes ocorridos durante o exercício social findo em 31/12/2020: Tal como nos exercícios anteriores, a companhia teve como única fonte de receita os alugueis decorrentes do Contrato de Arrendamento de Direitos Minerários celebrado em 14.6.2005 com a Basalto Pedreira e Pavimentação Ltda., os quais totalizaram R\$ 2.328.639,75. Face a Pandemia de COVID-19 e suas consequências no mercado de bruta, a Companhia e Arrendatário firmaram acordo, objetivando flexibilizar as condições de pagamento do arrendamento, cujos valores pagos a menor durante o período de Abril a Setembro de 2020 serão devidamente atualizados monetariamente e ressarcidos em 12 (doze) parcelas mensais de Maio de 2021 até Abril de 2022, afetando assim o faturamento da Companhia nesse período. O valor do faturamento mencionado é inferior em 4,49% ao do exercício anterior, portanto inferior à inflação oficial do período de 4,52%, refletindo os efeitos decorrentes da pandemia de Covid-19. Com a redução de 8,42% do endividamento oneroso para R\$ 734.401,83, o lucro líquido da companhia foi de R\$ 225.548,70, sendo 380,49% superior ao exercício anterior. São Paulo, 26/03/2021. A Administração.

### Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em Reais)

Balancos Patrimoniais			Demonstrações dos Fluxos de Caixa	
	2020	2019	31/12/2020	31/12/2019
<b>Ativo</b>				
<b>Circulante</b>	<b>3.036.813,68</b>	<b>2.545.522,91</b>	<b>134.016,89</b>	<b>129.326,30</b>
Disponível/Aplicações Financeiras	2.948.034,79	2.463.842,42	4.402,42	3.134,31
Impostos a Recuperar	88.778,89	81.680,49	78.859,38	84.167,30
<b>Realizável a Longo Prazo</b>				
Depósitos Judiciais e Compulsórios	77.802,87	77.802,87	50.755,09	42.024,69
(-) Total do Ativo Realizável a Longo Prazo	<b>77.802,87</b>	<b>77.802,87</b>	<b>796.022,56</b>	<b>892.464,49</b>
<b>Permanente</b>	<b>5.602.953,36</b>	<b>5.998.338,96</b>	<b>426.326,18</b>	<b>426.326,18</b>
Imobilizado Líquido	5.602.953,36	5.998.338,96	369.696,38	466.138,31
<b>Total do Ativo</b>	<b>8.717.569,91</b>	<b>8.621.664,74</b>	<b>7.787.530,46</b>	<b>7.599.873,95</b>
<b>Passivo</b>				
<b>Circulante</b>				
Fornecedores	4.402,42	3.134,31	192.942,19	192.942,19
Obrigações Sociais	78.859,38	84.167,30	10.549.913,00	10.549.913,00
Obrigações Fiscais	50.755,09	42.024,69	(5.672.981,24)	(5.592.568,11)
<b>Exigível a Longo Prazo</b>				
Contingência Fiscal	796.022,56	892.464,49	—	—
Refis	426.326,18	426.326,18	—	—
<b>Patrimônio Líquido</b>				
Capital Social	2.530.000,00	2.530.000,00	2.530.000,00	2.530.000,00
Reservas de Capital	192.942,19	192.942,19	118.263	74.679
Reservas de Reavaliação	10.549.913,00	10.549.913,00	—	—
Lucros/Prejuízos Acumulados	(5.672.981,24)	(5.592.568,11)	—	—
<b>Resultado do Exercício</b>	<b>187.656,51</b>	<b>(80.413,13)</b>	<b>118.263</b>	<b>74.679</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>8.717.569,91</b>	<b>8.621.664,74</b>	<b>2.530.000</b>	<b>118.263</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>				
Lucro Líquido do Exercício	187.656,51	(80.413,13)	118.263	74.679
(+) Aumento de Fornecedores	1.268,11	(2.540,91)	—	—
(+) Depreciações/Amortizações	139.001,28	139.070,90	—	—
(+) Exaustão	256.384,32	256.384,32	—	—
<b>Recursos Gerados pelas Operações</b>	<b>584.310,22</b>	<b>312.501,18</b>	<b>118.263</b>	<b>74.679</b>
(-) Total das Origens	584.310,22	312.501,18	—	—
<b>Aplicação de Recursos</b>				
Diminuição de Impostos	100.117,85	(167.294,46)	—	—
(-) Total das Aplicações	<b>100.117,85</b>	<b>(167.294,46)</b>	<b>10.549.913</b>	<b>10.549.913</b>
<b>Variação do Caixa e Equivalente</b>	<b>484.192,37</b>	<b>479.795,64</b>	<b>10.549.913</b>	<b>10.549.913</b>
Saldo Inicial Caixa/Equivalente	2.463.842,42	1.984.046,78	—	—
Saldo Final Caixa/Equivalente	2.948.034,79	2.463.842,42	—	—
<b>Variação da Conta Caixa/Equivalente</b>	<b>484.192,37</b>	<b>479.795,64</b>	<b>118.263</b>	<b>74.679</b>
<b>Mutações das Mutações do Patrimônio Líquido</b>				
Capital Social	2.530.000	2.530.000	2.530.000	2.530.000
Reservas de Capital	118.263	74.679	118.263	74.679
Reservas de Reavaliação	—	—	—	—
Lucros/Prejuízos Acumulados	—	—	—	—
<b>Total</b>	<b>2.648.263</b>	<b>2.604.679</b>	<b>2.648.263</b>	<b>2.604.679</b>

exploração de bruta. 02. Apresentação das Demonstrações Contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis realizadas no Brasil, consubstanciadas na Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76 e modificações introduzidas pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09), normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, procedimentos e normas determinadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. 03. Principais Práticas Contábeis: a) Apuração do Resultado: O Resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação de receitas, custos e ou despesas correspondentes b) Imobilizado: Demonstrado pelo custo de aquisição, as depreciações são calculadas pelo método linear, levando-se em consideração o tempo de vida útil de cada item, baseado nos preceitos estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal através do Regulamento do Imposto de Renda em vigência. 04. Mutações do Patrimônio Líquido: a) Reserva Legal: A legislação estabelece que deva ser constituída uma reserva, mediante a apropriação de 5% (cinco por cento) do Lucro Líquido do Exercício, até que a reserva atinja o limite de 20% do Capital Social.

Sergio Luiz Aleotti Teixeira de Carvalho – Diretor Administrador  
Claudio Augusto Teixeira de Carvalho – Diretor Administrador  
Romualdo Cesar – Contador CRC nº 1SP 303 2820-0

## Ações de bancos globais caem em meio a problemas de fundo de investimento dos EUA



As ações de Credit Suisse e Nomura Holdings sofreram tombos nesta segunda-feira, 29, após os grupos bancários alertarem sobre possíveis grandes perdas causadas por um cliente dos EUA, provavelmente ligadas a problemas sofridos pelo Archegos Capital Management. Nenhum dos bancos identificou o cliente, mas a revelação veio após papéis dos grupos de mídia americanos ViacomCBS e Discovery e do grupo de entretenimento chinês IQIYI amargarem perdas acentuadas na sexta-feira (26), em reação a vendas de US\$ 35 bilhões em blocos de ações pelo Archegos Capital Management, deflagradas por uma chamada de margem pelo Goldman Sachs, segundo o The Wall Street Journal.

Morgan Stanley e outros bancos de investimento também teriam saído de posições ligadas ao fundo na sexta-feira. Por volta das 8h (de Brasília), a ação do Credit Suisse tinha queda de mais de 13% na Bolsa de Zurique, após o banco suíço dizer em comunicado que um fundo de hedge dos EUA falhou no pagamento de chamadas de margem feitas na semana passada pela instituição e outros bancos. O papel da Nomura sofreu impacto ainda maior, fechando em baixa de mais de 16% na Bolsa de Tóquio, após dizer que tem cerca de US\$ 2 bilhões a recuperar de um cliente dos EUA. Na manhã de ontem, os alertas do Credit e da Nomura pressionam as ações de grandes bancos europeus, assim como os papéis de bancos dos EUA negociados no pré-mercado de Nova York. (Com informações da Dow Jones Newswires).

## Pompéia S/A Indústria e Comércio

CNPJ/MF nº 59.775.478/0001-36

Relatório da Diretoria

Srs. Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31/12/2020. São Paulo-SP, 31 de dezembro de 2020. A Diretoria

Balancos Patrimoniais findo em 31/12/2020 e 31/12/2019 (Em Reais)			Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31/12/2020 e 31/12/2019 (Em Reais)	
	2020	2019	Capital Social	Reservas de Capital
<b>Ativo</b>				
<b>Circulante</b>	<b>94.619.307</b>	<b>76.977.566</b>	<b>2.658.900</b>	<b>3.541</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.331.486	249.953	—	—
Aplicações Financeiras	3.438.436	11.073.421	—	—
Contas a Receber de Clientes	41.966.318	34.602.556	—	—
Estoques	26.585.813	16.908.606	—	—
Impostos a Recuperar	14.134.636	5.541.349	—	—
Impostos a Restituir ST RJ	—	136.071	—	—
Outras Contas	7.392	16.422	—	—
Adiantamentos Diversos	478.139	515.406	—	—
Adiantamentos a Fornecedores	5.453.535	7.145.541	—	—
Despesas Antecipadas	60.277	680.186	—	—
Compras Recebimento Futuros	163.275	108.054	—	—
<b>Não Circulante</b>	<b>42.679.963</b>	<b>32.214.934</b>	<b>2.658.900</b>	<b>3.541</b>
Realizável a Longo Prazo	9.584.947	9.194.885	—	—
Depósitos Judiciais	9.584.947	9.194.885	—	—
<b>Imobilizado</b>	<b>33.095.016</b>	<b>23.020.049</b>	<b>9.030</b>	<b>(10.000)</b>
Investimentos	35.301	35.301	—	—
Imobilizado	33.059.715	22.984.748	—	—
<b>Total do Ativo</b>	<b>137.299.270</b>	<b>109.192.500</b>	<b>2.658.900</b>	<b>3.541</b>
<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>				
<b>Circulante</b>	<b>51.416.568</b>	<b>29.436.888</b>		
Empréstimos e Financiamentos	19.431.581	14.160.140	—	—
Fornecedores	25.761.839	10.646.697	—	—
Salários e Provisão de Férias	2.397.340	2.373.537	—	—
Obrigações Fiscais e Trabalhistas	3.309.672	2.184.326	—	—
Adiantamento de Clientes	254.930	51.016	—	—
Cheques a Compensar	21.806	21.171	—	—
Provisão Demandas Judiciais	239.400	—	—	—
<b>Não Circulante</b>	<b>31.489.614</b>	<b>29.407.677</b>		
Obrigações Fiscais	9.255.776	9.460.244	—	—
Empréstimo de Pessoas Ligadas	2.583.487	2.292.714	—	—
Créditos de Acionistas	19.650.350	17.654.719	—	—
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>54.393.089</b>	<b>50.347.936</b>		
Capital social	2.658.900	2.658.900	2.658.900	2.658.900
Reservas de Incentivos Fiscais	3.541	3.541	—	—
Reservas Legais	437.974	437.974	—	—
Lucros/Prejuízos acumulados	47.247.521	47.673.471	—	—
Lucros Distribuídos	—	(1.270.062)	—	—
Resultado do Exercício	4.045.153	844.112	—	—
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>137.299.270</b>	<b>109.192.500</b>	<b>2.658.900</b>	<b>3.541</b>
<b>Demonstrativo dos Fluxos de Caixa (Em Reais)</b>				
<b>Fluxo de Caixa de Atividades Operacionais</b>				
Resultado Líquido do Exercício	4.045.153	844.112	—	—
Ajuste do Exercício-Juros Capital Próprio	2.661.073	3.377.327	—	—
Depreciação/Amortização	2.309.899	2.671.830	—	—
Variação Cambial Líquida	(2.034.726)	(1.217.204)	—	—
Lucro Alienação Imobilizado	(8.800)	—	—	—
Créditos Incobráveis	2.348.614	(278.303)	—	—
<b>Mutações Patrimoniais</b>				
Contas a Receber de Clientes	(7.363.762)	691.541	—	—
Estoques	(9.677.207)	(905.716)	—	—
Impostos a Recuperar	(8.457.215)	(2.011.687)	—	—
Outras Contas	9.030	(10.000)	—	—
Adiantamentos Diversos	37.267	(211.232)	—	—
Adiantamentos a Fornecedores	1.692.007	(2.862.535)	—	—
Despesas Antecipadas	619.908	17.072	—	—
Depósitos Judiciais	(390.063)	(908.535)	—	—
Fornecedores	15.115.141	2.472.238	—	—
Salários e Provisão de Férias	23.803	154.311	—	—
Obrigações Tributárias	920.878	6.499	—	—
Outras Contas a Pagar	635	1.296	—	—
Recebimentos Antecipados	203.914	—	—	—
Ajuste Juros Capital Próprio	(2.661.073)	(3.377.327)	—	—
Compras Recebimentos Futuros	(55.221)	—	—	—
Provisão Perdas Prováveis	239.400	—	—	—
<b>Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais</b>	<b>(9.742.557)</b>	<b>(6.944.076)</b>	<b>(421.343)</b>	<b>(1.546.314)</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento</b>				
Aquisição de Imobilizado	(12.384.866)	(4.914.641)	—	—
Venda de Imobilizado	8.800	—	—	—
<b>Caixa oriundo das Atividades de Investimento</b>	<b>(12.376.066)</b>	<b>(4.914.641)</b>		
<b>Fluxo de Caixa de Atividades Financeiras</b>				
Captação de Empréstimos e Financiamentos	100.161.683	78.480.226	—	—
Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	(95.204.130)	(71.790.382)	—	—
Caixa recebido líquido de contas correntes e pessoas ligadas	2.286.405	3.272.635	—	—
Lucros Distribuídos	—	(1.270.062)	—	—
<b>Caixa Líquido Utilizado pelas Atividades de Financiamento</b>	<b>7.243.958</b>	<b>8.692.417</b>		
<b>Operações em Continuidade</b>				
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>234.060.122</b>	<b>185.929.592</b>		
(-) Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos	171.372.715	138.614.768	—	—
<b>Lucro Bruto Operacional</b>	<b>62.687.407</b>	<b>47.314.823</b>		
<b>Despesas/Receitas Operacionais</b>				
Administrativas	9.252.857	6.854.946	—	—
Comerciais	40.419.597	36.740.811	—	—
Tributárias	316.159	120.674	—	—
Encargos Depreciação e Amortização	164.759	149.937	—	—
Outras Despesas Operacionais	549.426	140.975	—	—
Outras Receitas Operacionais	323.169	142.409	—	—
Soma das Despesas/Receitas Operacionais	50.379.629	43.864.933	—	—
<b>Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro</b>	<b>12.307.778</b>	<b>3.449.891</b>		
Despesas/Receitas Financeiras	3.492.506	1.985.507	—	—
Despesas Financeiras	2.127.559	3.035.783	—	—
Receitas Financeiras	3.042.310	1.342.532	—	—
Variação Cambial Ativa	6.117.685	1.069.334	—	—
Juros s/ Capital Próprio	2.661.073	3.377.327	—	—
Resultado Financeiro	(7.101.395)	(2.053.854)	—	—
<b>Resultado Operacional</b>	<b>5.206.383</b>	<b>1.396.037</b>		
<b>Despesa/Receitas Não Operacionais</b>				
Lucros na Alienação Bens Imobilizados	8.800	30.000	—	—
Outras receitas não operacionais	643.664	24.459	—	—
<b>Resultado Antes do IRPJ e CSLL</b>	<b>5.858.847</b>	<b>1.450.496</b>		
Imposto de Renda	1.327.076	444.282	—	—
Contribuição Social	486.618	162.102	—	—
<b>Resultado do Exercício</b>	<b>4.045.153</b>	<b>844.112</b>		
<b>EBITDA</b>	<b>14.458.788</b>	<b>6.565.973</b>		
<b>Caixa Líquido Utilizado pelas Atividades de Financiamento</b>				
Aumento (Redução) de Caixas e Equivalentes de Caixa	(5.553.451)	2.231.461	—	—
<b>Caixa e equivalente de caixa:</b>				
No início do exercício	11.323.374	9.091.913	—	—



**Relatório da Administração – 2020**

**1 Aos Acionistas**

Apresentamos a seguir o relatório das principais atividades do ano de 2020, em conjunto com as Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS, acrescidas do balanço social, de modo a divulgar para a sociedade, parceiros, investidores e usuários, o compromisso com a transparência da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. Os valores são expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**2 Introdução**

**2.1. A Transbrasiliana:** A Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. ("Companhia" ou "Triunfo Transbrasiliana") é uma sociedade anônima de capital aberto, fundada em 20/07/2007, com sede localizada na Rodovia Transbrasiliana (BR-153/SP) km 183 + 800 metros, Município de Lins – Estado de São Paulo e controlada indiretamente pela Triunfo Participações e Investimentos S.A. – TPI ("Triunfo" ou "Controladora"), controladora da BRVias Holding TBR S.A., Companhia aberta de capital nacional, registrada na Comissão de Valores Mobiliários, sob a categoria "B", sem ações negociáveis no mercado. Em setembro de 2014, a Triunfo firmou contrato de compra e venda para a aquisição de 100% das quotas da empresa detentora de 100% do capital social da Companhia. Dessa forma, desde 05/01/2015, o trecho paulista da rodovia BR-153 passou a ser Triunfo Transbrasiliana. Neste período a Companhia realizou diversos investimentos, além de gerar emprego e renda para as cidades lideiras. São mais de 400 trabalhadores que atuam diretamente na operação e administração da rodovia, sendo 22 municípios lideiros que originam os funcionários. Com suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a Triunfo Transbrasiliana administra o trecho de 321,6 quilômetros de extensão da Transbrasiliana no estado de São Paulo. Iniciando no município de Icó, divisa com o estado de Minas Gerais, e terminando na cidade de Ourinhos, divisa com o estado do Paraná, a rodovia passa por 22 municípios. Importante corredor viário para o escoamento de mercadorias e com interligações rodovias estaduais, a via recebe em média 23,6 milhões de veículos equivalentes a cada ano. O objeto social da Companhia é realizar, sob o regime de concessão, mediante cobrança de pedágio, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos e obras, abrangendo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, conservação, operação, ampliação e melhorias do Lote Rodoviário nº 01, BR-153/SP, no Trecho Divisa MG/SP – DIVISA SP/PR, até 17/02/2033. Extinta a concessão retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A companhia atualmente opera com 04 (quatro) praças de pedágio: P1 localizada no Km 35+800 em Onda Verde, P2 localizada no Km 98+900 em José Bonifácio, P3 localizada no Km 183+800 em Lins e a P4 localizada no Km 268+100 em Vera Cruz. Também estão em operação 07 (sete) Bases de Serviços Operacionais: BS01 localizada no Km 23+700 em Nova Granada, BS02 localizada no Km 71+800 em São José do Rio Preto, BS03 localizada no Km 122+500 em Ubarana, BS04 localizada no Km 173+700 em Guaicara, BS05 localizada no Km 217+500 em Marília, BS06 localizada no Km 278+300 em Ocaucu e BS07 localizada no Km 322+700 em Ribeirão do Sul. **2.2. Destaques do Ano:** A atividade econômica brasileira fechou 2020 com redução de 4,05% do PIB em relação a 2019, a taxa de desemprego de 2020 foi estimada em 14,4%, contra 11,9% de 2019, o que corresponde a cerca de 13,8 milhões de desempregados, afetando diretamente a renda das famílias. Em função da lenta retomada do crescimento econômico e com a pandemia do novo coronavírus (Covid19). Como forma de mitigar os efeitos desse impacto, a Companhia promoveu grandes esforços para otimizar o uso dos seus recursos. A seguir, os destaques do ano de 2020: **2.2.1. Sustentabilidade:** Na Triunfo Transbrasiliana, a sustentabilidade constitui parte fundamental da estratégia de negócios. O compromisso assumido busca contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e cultural das regiões onde a empresa está inserida, investindo em iniciativas e projetos que estejam alinhados à Política Triunfo de Sustentabilidade. A Concessionária também conta com o apoio do Instituto Triunfo, uma instituição sem fins lucrativos que, desde 2007, trabalha para que as empresas da Triunfo Participações e Investimentos – TPI gerem benefícios sociais e incentivem o desenvolvimento sustentável das localidades que as acolhem, identificando e viabilizando oportunidades de ampliação do legado social em três eixos estratégicos: Educação e Cidadania, Proteção à Infância e Cultura. **2.2.2. Responsabilidade Social:** A Companhia atua por meio de campanhas de conscientização sobre a responsabilidade de cada um no trânsito. Mensalmente são realizadas campanhas educativas que abordam temas como os perigos de beber e dirigir, o risco de utilizar celular ao volante, os problemas acarretados com o descarte irregular de lixo na estrada, utilização dos equipamentos de transporte de crianças, cinto de segurança, entre outros. Além disso, a Triunfo Transbrasiliana desenvolve projetos e contribui para o desenvolvimento social: • A Concessionária faz parte da Rede Brasil do Pacto Global, iniciativa que engaja o setor empresarial em ações voltadas ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que é uma agenda mundial adotada durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável em setembro de 2015 composta por 17 objetivos e 169 metas a serem atingidos até 2030; • A Triunfo Transbrasiliana é signatária do Pacto Empresarial Contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Brasileiras. Em parceria com a Childhood Brasil, a Concessionária faz parte do programa Na Mão Certa desde 2015 que tem como objetivo promover uma ampla união de esforços para acabar com a exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras; • A Concessionária adota a causa da proteção à infância por meio do projeto "Agentes de Proteção". Lançado em 2018, com apoio do Instituto Triunfo, o projeto que é premiado e reconhecido capacitou todos os profissionais da Companhia para o enfrentamento ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias; • A Concessionária reforça o compromisso de promover a garantia de direitos das crianças e adolescentes. Conhecido como o dia nacional de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, o dia 18 de maio é uma data marcada por ações de conscientização sobre o tema. Nessa data, a campanha Faça Bonito é divulgada em todos os canais de comunicação da empresa. A campanha é uma mobilização do Comitê Nacional de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em parceria com as Redes Nacionais de Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes; • Em parceria com o Instituto Triunfo, a Triunfo Transbrasiliana iniciou em 2018 o projeto Educa para Sustentabilidade que estimula alunos a desenvolverem iniciativas de impacto social por meio de uma plataforma online que auxilia na criação e no planejamento estratégico de negócios empreendedores, tendo como referência os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O projeto já beneficiou alunos de Lins, São José do Rio Preto e Bady Bassitt; • Em parceria com o Serviço Social da Indústria – Sesi, a Concessionária é uma das empresas madrinhas do programa Atleta do Futuro que incentiva a prática esportiva de crianças e adolescentes em diversas modalidades, além de promover a inclusão social e a cidadania. Alunos dos municípios lideiros Guaicara, Getulina e Promissão participam do programa; • Um Freio na Fome: a campanha de arrecadação de alimentos faz parte de algumas das ações da entidade de atuação social da Triunfo Participações e Investimentos, o Instituto Triunfo. Todo final de ano, em dezembro, os profissionais da Concessionária arrecadam alimentos que são destinados às famílias em situação de vulnerabilidade social atendidas por uma instituição beneficente ao longo da BR-153/SP; • Operação Inverno: a campanha, coordenada pelo Instituto Triunfo, é focada na arrecadação de roupas de frio e cobertores pelos profissionais da empresa. Todas as doações são destinadas às famílias em situação de vulnerabilidade social de municípios lideiros com baixos índices de Desenvolvimento Humano – IDH; • Maio Amarelo: a Concessionária é apoiadora do movimento que chama a atenção da sociedade para o alto índice de mortes e feridos no trânsito. Durante todo o mês de maio, o tema se torna uma campanha educativa sobre segurança viária que é divulgada em todos os canais de comunicação da empresa. **2.2.3. Responsabilidade Ambiental:** A Concessionária desenvolve dez programas ambientais, que auxiliam nas principais questões de preservação ao longo do trecho paulista da BR-153. São eles: 1) Plano de Ação de Emergência (PAE); 2) Programa de Conscientização para Ocupação da Faixa de Domínio (PCONS); 3) Programa de Comunicação Social (PCS); 4) Programa de Educação Ambiental (PEA); 5) Programa de Gestão Ambiental (PGA); 6) Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR); 7) Programa de Levantamento, Monitoramento e Recuperação dos Passivos Ambientais (PLMRPA); 8) Programa de Monitoramento de Atropelamento da Fauna (PMAF); 9) Programa de Monitoramento dos Recursos Hídricos (PMRH); 10) Programa de Recuperação das Áreas de Preservação Permanente (PRAPP). Além dos programas, a empresa possui projetos voltados às comunidades lideiras com o objetivo de deixar um legado ambiental, como: • **Nascentes de Vida:** o projeto promove a educação ambiental, com foco na proteção das nascentes, junto às crianças da rede municipal de ensino de Lins (SP). Realizado no Horto Municipal de Lins, os alunos fazem uma trilha ecológica, aprendem sobre a importância de preservar os recursos hídricos e confeccionam um mini terrário, no qual adquirem conhecimentos sobre o ciclo da água. Iniciado em 2018, o projeto atendeu quase 2 mil alunos da rede pública de ensino; • **Programa de Multiplicadores em Educação Ambiental:** Desde 2015, a Concessionária capacita os professores da rede pública para ensinarem seus alunos sobre o meio ambiente com o programa "Multiplicadores em Educação Ambiental". O objetivo é incentivar o desenvolvimento de ações ambientais adequadas à realidade das comunidades. Os educadores participam de atividades teóricas e práticas sobre o meio ambiente que são divididos em quatro módulos e que resultam na edição do Caderno do Professor. **2.2.4. Responsabilidade Econômica:** A Triunfo Transbrasiliana contribui para o desenvolvimento socioeconômico das cidades que margeiam a BR-153/SP. Mensalmente, a Concessionária faz o repasse para os 22 municípios lideiros do Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN. O repasse segue a Lei Complementar nº 116 de 2003, que estabelece o pagamento do tributo aos municípios de rodovias pedagiadas. Todos os municípios os quais possuem território onde a rodovia está inserida recebem o imposto sobre a arrecadação, independentemente da localização das praças de pedágio (Onda Verde, José Bonifácio, Lins e Vera Cruz). O valor é destinado à gestão municipal para que possa ser investido em saúde, educação e infraestrutura, por exemplo. **3. Prêmios e Certificações:** A Triunfo Transbrasiliana se mantém disposta a estabelecer relações transparentes e éticas com as comunidades lideiras, por meio do diálogo aberto e do envolvimento com iniciativas de interesse da população local. Como resultado destes esforços, recebe prêmios e reconhecimentos constantes. • Certificada, desde 2010, nas normas internacionais ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001, respectivamente qualidade, meio ambiente e segurança do trabalho, devido ao compromisso com a sustentabilidade e a preservação da natureza; • Premiada em 3º lugar no Ranking Benchmarking Brasil 2015, com o projeto "Multiplicadores em Educação Ambiental – Caderno do Professor". A premiação, concedida pelo programa Benchmarking Brasil, do Instituto Mais, valoriza as ações voltadas à sustentabilidade no dia a dia das organizações; • Premiada em 2016 com o Troféu Dourado pela atuação conjunta à ONG SOS Rio Dourado, em atividades e projetos ambientais realizados durante o ano. A organização não governamental, sem fins lucrativos, desenvolve ações e programas de proteção, recuperação e preservação ambiental na região de atuação da Concessionária. • Certificada e reconhecida pela Childhood Brasil por suas ações em defesa da infância e contra a exploração de crianças e adolescentes em rodovias brasileiras (2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020); • Certificada e reconhecida pela Childhood Brasil pela execução do Projeto Soluções e Ferramentas versão 1.0, com a estratégia de atuação focada em Lideranças e Público interno, voltada ao combate e à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras (2018); • Certificada em 2018 pelo Great Place To Work (GPTW) como uma das melhores empresas para trabalhar no Ranking Bauri e Região. O GPTW é uma renomada consultoria internacional que avalia empresas e identifica aquelas que possuem os melhores ambientes de trabalho em 50 países no mundo. A pesquisa avaliou a satisfação dos profissionais da Concessionária sobre temas como carreira, desenvolvimento e qualidade de vida; • Reconhecida, em 2018, como empresa parceira do 7º FESTUB – Festival de Teatro de Ubarana. A Concessionária incentiva iniciativas de interesse das comunidades onde está inserida e contribui para o desenvolvimento cultural da região; • Reconhecida, em 2019, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA) de Lins com o selo "Empresa Amiga" durante o evento "Proteção em rede: o papel de cada um de nós na proteção de crianças e adolescentes". O encontro reconheceu a Companhia pelas boas práticas no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes por meio de campanhas de conscientização dos usuários e pela capacitação dos profissionais quanto à importância de reportar as ocorrências para o canal de denúncias de violações de Direitos Humanos, o Disque 100; • Reconhecida durante o Prêmio ODS Pacto Global 2019 como uma das melhores práticas do país inspiradas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). O projeto "Agentes de Proteção", desenvolvido em parceria com o Instituto Triunfo no ano de 2018, capacitou os profissionais da Concessionária no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias e foi finalista da primeira edição do prêmio, na categoria Pequenas e Médias Empresas (PMEs), no Eixo Parcerias; • Reconhecida, em 2019, como uma das melhores práticas na Gestão de Departamentos Jurídicos com os casos "Gestão de Contratos: Efetividade e Economia"; "Danos ao Patrimônio: Recuperação de Crédito" e "Elaboração de Políticas e Procedimentos: Otimização do Trabalho" durante o V Prêmio de Melhores Práticas na Gestão de Departamentos Jurídicos realizado pela Inteligência Jurídica – InteliJur e Fórum de Departamentos Jurídicos e os Advogados e Prestadores de Serviços – FDJUR. O prêmio reconhece os melhores projetos desenvolvidos pelos jurídicos de empresas dentro do cenário nacional, valorizando o trabalho dos profissionais da área e promovendo a troca de experiências e conhecimentos; • Reconhecida, em 2019, com o selo "Melhores Práticas Jurídicas – prática certificada" pela Inteligência Jurídica – InteliJur; • Reconhecida como uma das empresas destaque no setor de infraestrutura pelo Guia Exame de Sustentabilidade 2019. Considerado o maior levantamento de sustentabilidade corporativa do país, a publicação reconhece as empresas e iniciativas de referência no ano, em diferentes áreas. A Exame chegou à lista das 77 melhores empresas, divididas em 19 setores; • Vencedora do Prêmio Destaque Circuito de Cinema Na Mão Certa 2019, na categoria Serviços, com sessões do filme "Mundo Sem Porteira". Ao todo, 92 empresas se inscreveram na premiação que foi dividida nas categorias: Embarcador, Transportador e Serviços. A Concessionária realizou 11 sessões e contou com a participação de mais de 500 espectadores; • Vencedora do Prêmio Ozires Silva de Empreendedorismo Sustentável 2020, na categoria Empreendedorismo Social – modalidade Médio Porte, com o projeto de proteção à infância "Agentes de Proteção". O projeto foi reconhecido como uma das melhores práticas empreendedoras sociais do país. Mais de 100 projetos inscritos, 48 foram selecionados para a etapa final e apenas 20 foram premiados; • Reconhecida, em 2020, pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) como a primeira colocada entre as cinco concessionárias federais mais bem avaliadas, no Índice de Desempenho Ambiental (IDA). A Agência analisou a evolução e o comprometimento socioambiental das concessionárias no setor de infraestrutura de transportes do país. O IDA avaliou 15 indicadores de desempenho socioambiental e 34 critérios, como: Política Ambiental Institucional, práticas voltadas à biodiversidade, tecnologias e boas práticas socioambientais inovadoras.

**3 Contexto Setorial**

**3.1. Receitas e Mercados:** Em 26/11/2020, através da publicação no D.O.U. da Deliberação nº 476 de 24/11/2020, a Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, no uso de suas atribuições, aprovou a 12ª Revisão Ordinária, que alterou a Tarifa Básica de Pedágio de R\$ 2,72175 e a 12ª Revisão Extraordinária, que alterou a Tarifa Básica de Pedágio de R\$ 2,72175 para R\$ 2,40346. O Reajuste indicou o percentual positivo de 3,27% (três inteiros e vinte e sete centésimos por cento), correspondente à variação do IPCA no período, com vista à recomposição tarifária, em consequência, a Tarifa Básica de Pedágio reajustada, após arredondamento, de R\$ 5,20 para R\$ 4,70, nas praças de pedágio P1, em Onda Verde/SP; P2, em José Bonifácio/SP; P3, em Lins/SP; e P4, em Marília/SP. Ocorre que, em 27/11/2020, através da publicação no D.O.U. da Deliberação nº 481 de 26/11/2020, a Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, em virtude de determinação judicial constante nos autos da Ação Judicial nº 1065836-19.2020.4.013400 que deferiu o pedido de suspensão da redução tarifária suspendeu a aplicação da Deliberação nº 476, de 24/11/2020 (publicada em 26/11/2020) e, por conseguinte, a prática da Tarifa Básica de pedágio nela aprovada, tendo sido inclusive referendada pela Deliberação nº 02 de 22/01/2021 (publicada no D.O.U. em 26/01/2021), estando portanto, vigente, a Deliberação nº 989 de 12/11/2019, devidamente publicada no D.O.U. em 14/11/2019, da qual a Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, no uso de suas atribuições, aprovou a 11ª Revisão Ordinária, que alterou a Tarifa Básica de Pedágio de R\$ 2,84577 para R\$ 2,69950. O Reajuste indicou o percentual positivo de 4,04% (quatro inteiros e quatro centésimos por cento), correspondente à variação do IPCA no período, com vista à recomposição tarifária, em consequência, a Tarifa Básica de Pedágio reajustada, antes do arredondamento, de R\$ 5,22275 para R\$ 5,15044. Portanto, a Tarifa Básica de Pedágio reajustada, após arredondamento, ficou em R\$ 5,20 (cinco reais e vinte centavos), nas praças de pedágio P1, em Onda Verde/SP; P2, em José Bonifácio/SP; P3, em Lins/SP; e P4, em Marília/SP. **3.2. Meios de Cobrança:**

**Meios de Cobrança – mil**

	2020	2019	Δ%
<b>Veículos Pagantes</b>	<b>10.653</b>	<b>11.441</b>	<b>-6,9%</b>
Manual	6.080	6.878	-11,6%
Automática	4.573	4.563	0,2%

A Companhia dispõe de dois meios de cobrança: a cobrança realizada nas cabines pelos nossos arrecadadores (Cobrança Manual) e a cobrança por meio de dispositivos eletrônicos – das operadoras Sem Parar/Via Fácil, ConectCar, Move Mais, Auto Expresso e Veloe, nas pistas automáticas (Cobrança Automática). O tráfego das pistas manuais apresentou queda de 798 mil veículos (-11,6%), o tráfego das pistas automáticas, que apresentou um aumento de 10 mil veículos 0,2%.

**4 Indicadores Operacionais**

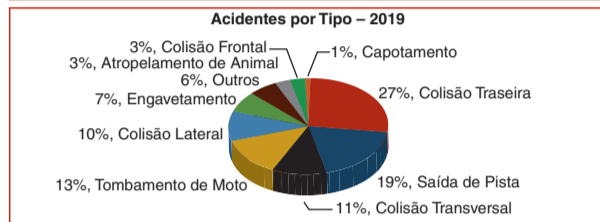
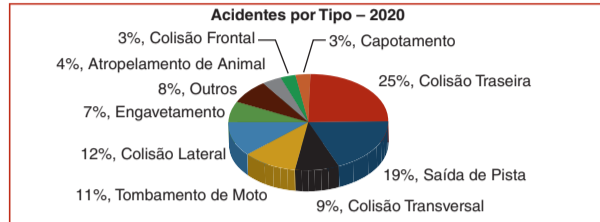
**4.1. Caracterização do Tráfego: 4.1.1. Volume:** No gráfico abaixo é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente por mês e ano, VDM e VDME respectivamente, como também o Volume Diário Médio Equivalente previsto na proposta.

**Varição Mensal do Volume em 2020**

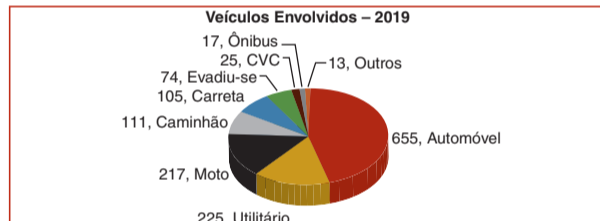
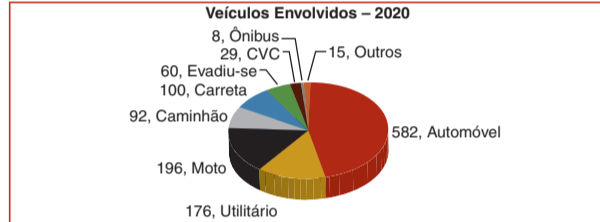
O VDME equivalente realizado ficou abaixo do VDME equivalente previsto no contrato de concessão, principalmente em função da lenta retomada da economia e em decorrência da pandemia (Covid19), e visando a contenção da doença no país, vários estados e municípios brasileiros cometeram a decretar Estado de Emergência e em 03/03/2020 foi reconhecido o Estado de Calamidade Pública pelo Congresso Nacional. Dentre as medidas implementadas pelos governantes, foi determinado em vários estados e municípios o fechamento de estabelecimentos comerciais e a recomendação do isolamento social.

**4.2. Segurança do Tráfego: 4.2.1. Acidentes:** Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior. O gráfico abaixo apresenta o percentual dos principais acidentes por gravidade detectados no trecho concedido da rodovia.

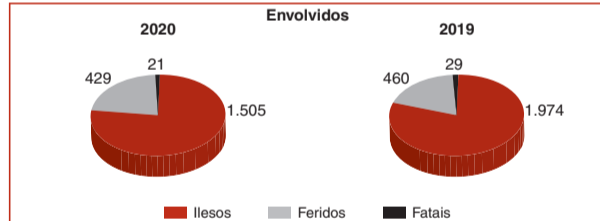
O gráfico abaixo apresenta o valor em percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.



O gráfico abaixo apresenta o quantitativo de sinistros por tipo de veículos no trecho concedido da rodovia.



O gráfico abaixo apresenta o quantitativo de pessoas envolvidas nos sinistros no trecho concedido da rodovia.



**4.3. Dados de Operação da Concessão: 4.3.1. Veículos Alocados:** Na tabela abaixo são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação em dezembro/2020. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

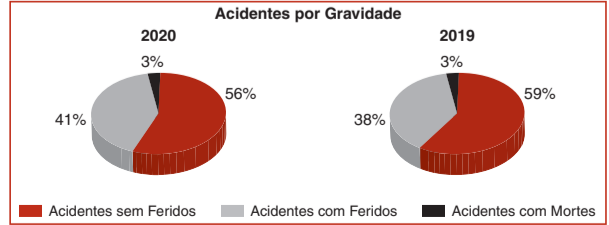
Tipo de veículo	Quantidade	Quantidade/100km
Inspeção de Tráfego	5	1,55
Guincho Leve	8	2,49
Guincho Pesado	2	0,62
Plataforma Elevatória	1	0,31
Resgate	8	2,49
UTI	2	0,62
Apreensão de animais	1	0,31
Combate à Incêndios	1	0,31
Vigilância Patrimonial	1	0,31
<b>Total de veículos operacionais</b>	<b>29</b>	<b>9,02</b>
Administração Operações	1	0,31
Administração Tráfego	1	0,31
Administração Pedágio	1	0,31
Administração Faixa de Domínio	1	0,31
Manutenção Predial	1	0,31
Manutenção Eletroeletrônica	5	1,55
Conservação de Rotina	4	1,24
Apoio à Conservação Rotina	7	2,18
Veículo Administrativo	4	1,24
Veículo Engenharia	1	0,31
Veículo Obras	3	0,93
Rocagem Mecânica	6	1,87
Manutenção Meio Ambiente	1	0,31
Veículo ANTT	2	0,62
Transporte Rocagem	8	2,49
Veículo Meio Ambiente	1	0,31
Mini Retroscavadeira	1	0,31
Retroscavadeira	1	0,31
Mini carregadeira	1	0,31
Veículo Segurança do Trabalho	1	0,31
Veículo Diretoria	3	0,93
<b>Total de veículos de apoio</b>	<b>54</b>	<b>16,79</b>
<b>Total de veículos</b>	<b>83</b>	<b>25,81</b>

**4.3.2. Funcionários Alocados:** São apresentados na tabela abaixo as quantidades de funcionários empregados pela Concessionária na operação da concessão em dezembro/2020. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDME da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Tipo de função	Quantidade	Quantidade/VDME
Gerente de Operações e Segurança Viária	1	0,42
Supervisor de Tráfego	1	0,42
Assistente de Operações	4	1,70
Inspeção de Tráfego	16	6,79
Operador de Guincho Leve	33	14,01
Operador de Guincho Pesado	10	4,25
Operador de Caminhão Boiadeiro	4	1,70

continua ...

**3. Prêmios e Certificações:** A Triunfo Transbrasiliana se mantém disposta a estabelecer relações transparentes e éticas com as comunidades lideiras, por meio do diálogo aberto e do envolvimento com iniciativas de interesse da população local. Como resultado destes esforços, recebe prêmios e reconhecimentos constantes. • Certificada, desde 2010, nas normas internacionais ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001, respectivamente qualidade, meio ambiente e segurança do trabalho, devido ao compromisso com a sustentabilidade e a preservação da natureza; • Premiada em 3º lugar no Ranking Benchmarking Brasil 2015, com o projeto "Multiplicadores em Educação Ambiental – Caderno do Professor". A premiação, concedida pelo programa Benchmarking Brasil, do Instituto Mais, valoriza as ações voltadas à sustentabilidade no dia a dia das organizações; • Premiada em 2016 com o Troféu Dourado pela atuação conjunta à ONG SOS Rio Dourado, em atividades e projetos ambientais realizados durante o ano. A organização não governamental, sem fins lucrativos, desenvolve ações e programas de proteção, recuperação e preservação ambiental na região de atuação da Concessionária. • Certificada e reconhecida pela Childhood Brasil por suas ações em defesa da infância e contra a exploração de crianças e adolescentes em rodovias brasileiras (2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020); • Certificada e reconhecida pela Childhood Brasil pela execução do Projeto Soluções e Ferramentas versão 1.0, com a estratégia de atuação focada em Lideranças e Público interno, voltada ao combate e à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras (2018); • Certificada em 2018 pelo Great Place To Work (GPTW) como uma das melhores empresas para trabalhar no Ranking Bauri e Região. O GPTW é uma renomada consultoria internacional que avalia empresas e identifica aquelas que possuem os melhores ambientes de trabalho em 50 países no mundo. A pesquisa avaliou a satisfação dos profissionais da Concessionária sobre temas como carreira, desenvolvimento e qualidade de vida; • Reconhecida, em 2018, como empresa parceira do 7º FESTUB – Festival de Teatro de Ubarana. A Concessionária incentiva iniciativas de interesse das comunidades onde está inserida e contribui para o desenvolvimento cultural da região; • Reconhecida, em 2019, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA) de Lins com o selo "Empresa Amiga" durante o evento "Proteção em rede: o papel de cada um de nós na proteção de crianças e adolescentes". O encontro reconheceu a Companhia pelas boas práticas no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes por meio de campanhas de conscientização dos usuários e pela capacitação dos profissionais quanto à importância de reportar as ocorrências para o canal de denúncias de violações de Direitos Humanos, o Disque 100; • Reconhecida durante o Prêmio ODS Pacto Global 2019 como uma das melhores práticas do país inspiradas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). O projeto "Agentes de Proteção", desenvolvido em parceria com o Instituto Triunfo no ano de 2018, capacitou os profissionais da Concessionária no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias e foi finalista da primeira edição do prêmio, na categoria Pequenas e Médias Empresas (PMEs), no Eixo Parcerias; • Reconhecida, em 2019, como uma das melhores práticas na Gestão de Departamentos Jurídicos com os casos "Gestão de Contratos: Efetividade e Economia"; "Danos ao Patrimônio: Recuperação de Crédito" e "Elaboração de Políticas e Procedimentos: Otimização do Trabalho" durante o V Prêmio de Melhores Práticas na Gestão de Departamentos Jurídicos realizado pela Inteligência Jurídica – InteliJur e Fórum de Departamentos Jurídicos e os Advogados e Prestadores de Serviços – FDJUR. O prêmio reconhece os melhores projetos desenvolvidos pelos jurídicos de empresas dentro do cenário nacional, valorizando o trabalho dos profissionais da área e promovendo a troca de experiências e conhecimentos; • Reconhecida, em 2019, com o selo "Melhores Práticas Jurídicas – prática certificada" pela Inteligência Jurídica – InteliJur; • Reconhecida como uma das empresas destaque no setor de infraestrutura pelo Guia Exame de Sustentabilidade 2019. Considerado o maior levantamento de sustentabilidade corporativa do país, a publicação reconhece as empresas e iniciativas de referência no ano, em diferentes áreas. A Exame chegou à lista das 77 melhores empresas, divididas em 19 setores; • Vencedora do Prêmio Destaque Circuito de Cinema Na Mão Certa 2019, na categoria Serviços, com sessões do filme "Mundo Sem Porteira". Ao todo, 92 empresas se inscreveram na premiação que foi dividida nas categorias: Embarcador, Transportador e Serviços. A Concessionária realizou 11 sessões e contou com a participação de mais de 500 espectadores; • Vencedora do Prêmio Ozires Silva de Empreendedorismo Sustentável 2020, na categoria Empreendedorismo Social – modalidade Médio Porte, com o projeto de proteção à infância "Agentes de Proteção". O projeto foi reconhecido como uma das melhores práticas empreendedoras sociais do país. Mais de 100 projetos inscritos, 48 foram selecionados para a etapa final e apenas 20 foram premiados; • Reconhecida, em 2020, pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) como a primeira colocada entre as cinco concessionárias federais mais bem avaliadas, no Índice de Desempenho Ambiental (IDA). A Agência analisou a evolução e o comprometimento socioambiental das concessionárias no setor de infraestrutura de transportes do país. O IDA avaliou 15 indicadores de desempenho socioambiental e 34 critérios, como: Política Ambiental Institucional, práticas voltadas à biodiversidade, tecnologias e boas práticas socioambientais inovadoras.



Tipo de Função	Quantidade	Quantidade/VDMA	R\$ mil
Operador de Caminhão Pipa	4	1,70	122.491
Operador de Guindauto	1	0,42	3.700
Auxiliar de Operações	7	2,97	126.191
Supervisor de Faixa de Domínio/CCO	1	0,42	1.184.101
Operador de CCO	9	3,82	
Atendente de O800	5	2,12	
Médico	15	6,37	
Enfermeiro	10	4,25	
Socorrista	125	53,06	
<b>Total de pessoal Operacional</b>	<b>246</b>	<b>104,43</b>	
Supervisor de Arrecadação	1	0,42	
Controlador de Pedágio	16	6,79	
Agente de Pedágio	84	35,66	
Auxiliar de serviços Gerais	4	1,70	
<b>Total de Pessoal de Pedágio</b>	<b>105</b>	<b>44,57</b>	
<b>Total</b>	<b>351</b>	<b>149,01</b>	

**4.4. Aspectos Financeiros: 4.4.1. Receitas (em R\$ mil):** A seguir apresentamos a receita da concessionária em 2020 e o valor da receita acumulada desde o início da concessão, correspondente à receita obtida com pedágios e com outras fontes, sejam elas Complementares, Extraordinárias, Alternativas ou provenientes de Projetos Associados.

**Valor da tarifa por praça de pedágio (em R\$ mil)**

Categoria	Categoria de veículos															
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	61	62	63	64			
<b>Eixos</b>	2	2	3	3	4	4	5	6	6	7	8	9	10			
<b>Rodagem</b>	Simplex	Dupla	Simplex	Dupla	Simplex	Dupla	Dupla	Dupla	Simplex	Dupla	Dupla	Dupla	Dupla			
Praça 1 – Onda Verde (Km 35,800)	5,20	10,40	7,80	15,60	10,40	20,80	26,00	31,20	2,60	36,40	41,60	46,80	52,00			
Praça 2 – José Bonifácio (Km 98,900)	5,20	10,40	7,80	15,60	10,40	20,80	26,00	31,20	2,60	36,40	41,60	46,80	52,00			
Praça 3 – Lins (Km 183,800)	5,20	10,40	7,80	15,60	10,40	20,80	26,00	31,20	2,60	36,40	41,60	46,80	52,00			
Praça 4 – Marília (Km 268,100)	5,20	10,40	7,80	15,60	10,40	20,80	26,00	31,20	2,60	36,40	41,60	46,80	52,00			

**5 Desempenho Operacional**

**5.1. Veículos Equivalentes Pedagiados:** Em 2020, foram pedagiados 23,6 milhões de veículos equivalentes, redução de 0,4% em relação a 2019. O tráfego foi impactado pela lenta recuperação econômica e principalmente pelo Covid 19.

**6 Desempenho Econômico-Financeiro**

**6.1. Valor adicionado:** Em 2020, o valor adicionado líquido gerado pela Concessionária foi de R\$ 50,5M, aumento de 3,7% em relação a 2019, cujo valor adicionado foi de R\$ 48,7M. Esta variação deve-se principalmente a insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços/materiais) em 2020.

**6.2. Receita Operacional:** • **Receita de Pedágio** – A Receita com Pedágio em 2020 foi de R\$ 122M, o que representou uma redução de R\$ 0,5M em relação ao ano anterior, devido a pandemia da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus. • **Receitas Acessórias** – As Receitas Acessórias somaram R\$ 3,7M em 2020, aumento de R\$ 0,1M em relação a 2020, proveniente do recebimento do uso da faixa de domínio. • **Receitas de Construção** – Foram apurados como receita de construção (IFRS) para 2020 e 2019 os valores de R\$ 17,2M e R\$ 24,3M, respectivamente sem qualquer impacto no resultado, uma vez que esse montante é totalmente anulado com os custos de construção, devido à adoção de margem zero para os serviços de construção.

	2020	2019	Δ%
<b>RS – mil</b>			
<b>Receita Líquida</b>	<b>132.562</b>	<b>140.075</b>	<b>-5,4%</b>
Receitas de Pedágio	122.491	122.988	-0,4%
Receitas Acessórias	3.700	3.558	4,0%
Receitas de Construção (IFRS)	17.219	24.288	-29,1%
Tributos incidentes	(10.848)	(10.759)	0,8%
<b>Receita Líquida Ajustada</b> <sup>1</sup>	<b>115.343</b>	<b>115.787</b>	<b>-0,4%</b>

<sup>1</sup> Exclui Receitas de Construção e Provisões

**6.3. Custos e Despesas (R\$ – mil)**

	2020	2019	Δ%
<b>Custos e Despesas</b>	<b>121.532</b>	<b>130.252</b>	<b>-6,7%</b>
Custo de Contrato de concessão	6.037	6.270	-3,7%
Provisão de manutenção	631	1.185	-46,8%
Custo de Construção	17.219	24.288	-29,1%
Depreciação e Amortização	34.461	36.737	-6,2%
Serviços de terceiros	19.639	16.123	21,8%
Custo com pessoal	27.429	27.305	0,5%
Material, equipamentos e veículos	686	716	-4,2%
Outros	15.430	17.628	-12,5%
<b>Custos e Despesas Ajustados</b> <sup>1</sup>	<b>69.852</b>	<b>69.227</b>	<b>0,9%</b>

<sup>1</sup> Exclui Custo de Construção, Depreciação e Amortização

• **Custo de Contrato de concessão** – Redução de gastos relacionados ao uso da faixa de domínio. • **Serviços de terceiros** – Aumento com serviços relacionados a consultoria jurídica e terceirização dos gastos com manutenção do pavimento. • **Custos com pessoal** – Reajustes referentes ao acordo coletivo da categoria. • **Outros** – Redução referente gastos com material relacionados a conservação do pavimento e redução no contingenciamento civil e trabalhista.

**6.4. Resultado Financeiro:**

	2020	2019	Variação	Δ%
<b>RS – mil</b>				
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>271</b>	<b>539</b>	<b>(268)</b>	<b>-49,7%</b>
Rendimento de aplicações financeiras	271	539	(268)	-49,7%
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(12.646)</b>	<b>(18.253)</b>	<b>5.607</b>	<b>-30,7%</b>
Juros sobre Financiamentos	(9.870)	(14.299)	4.429	-31,0%
Outras	(2.776)	(3.954)	1.178	-29,8%
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(12.375)</b>	<b>(17.714)</b>	<b>5.339</b>	<b>-30,1%</b>

O resultado financeiro da Companhia em 2020 totalizou R\$ 12,4M de despesas financeiras líquidas, o que representa uma redução de R\$ 5,3M em relação a 2019. Esta redução ocorreu principalmente pela redução das taxas de juros.

**6.7. Concessionária em números**

Tabela – Rodovias   Dados anuais																
Quilômetros da rodovia	Km 321,6.															
Número de veículos que transitaram	<b>Categoria Veículos</b>	6.500.620	850.844	69.213	679.674	8.173	452.144	330.674	1.112.225	330.577	145.018	3.137	170.445	104	10.652.848	
Número de praças de pedágios	São quatro praças de Pedágio em operação, P1 Km 35+800, P2 Km 98+900, P3 Km 183+800 e P4 Km 268+100.															
Tarifa	Motocicletas, Motonetas e Bicicletas Motorizadas R\$ 2,60; Automóvel, Caminhonete e Furgão R\$ 5,20; Automóvel com Semi-reboque e Caminhoneta com Semi-Reboque R\$ 7,80; Caminhão leve, Ônibus, Caminhão-Trator e Furgão R\$ 10,40; Automóvel com reboque e Caminhoneta com reboque R\$ 10,40; Caminhão, Caminhão-Trator, Caminhão-Trator com Semi-Reboque e Ônibus R\$ 15,60; Caminhão com Reboque, Caminhão-Trator com Semi-Reboque R\$ 20,80; Caminhão com Reboque, Caminhão-Trator com Semi-Reboque R\$ 26,00 e Caminhão com Reboque, Caminhão-Trator com Semi-Reboque R\$ 31,20.															
Número de quilômetros mantidos	Km 321,6.															
Transito Médio Diário Equivalente	64.361															
Trânsito Médio Anual Equivalente	1.963.005															
Equipes utilizadas pelo concessionário	7 Bases Operacionais, 122 Câmeras de monitoramento, 2 Estação meteorológica, 7 Guinchos leves, 2 Guinchos pesados, 4 Painéis de mensagens fixo, 5 Painéis de mensagens móvel, 2 UTI – Móvel, 7 Ambulância simples e 5 Viaturas de Inspeção.															
Índice de qualidade de estrada	Não se aplica.															
Receita de Pedágio	122.491															
Custos associados às receitas de pedágio	95.647															

**Fator Trabalho**

	Administrativo	Operação	Conservação
Número de Trabalhadores	71	351	257
Despesas de Pessoal	9.340	11.124	15.098

**Fator Capital**

Despesas de Depreciação/Amortização	193.589	O método de Depreciação é a Taxa fiscal. Para a amortização, é a curva de trafego respeitando o prazo de concessão da rodovia.														
Ativo Líquido	560.785															
Ativo Bruto	754.374															
Série Histórica dos Investimentos	<b>Ano</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>		
		124.470	23.325	16.321	53.499	62.180	109.431	90.884	97.102	47.693	34.143	51.298	26.144	17.886		

**Fatores Intermediários**

Despesas em Administração	3.764
Despesas em Manutenção	686
Outras Despesas	3.803

**Seguridade**

Quantidade de acidentes	Acidentes por Gravidade	Quantidade
	Acidentes com Mortes	20
	Acidentes com Feridos	296
	Acidentes sem Feridos	412
	<b>Total</b>	<b>728</b>

**Indicadores**

Receita por veículo	11,50
Custo por veículo	8,98

	2020	Acumulado
Receita com Pedágio	122.491	1.144.568
Receita extraordinária	3.700	39.533
<b>Total</b>	<b>126.191</b>	<b>1.184.101</b>

As seguintes tabelas mostram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais realizados em 2020, assim como os valores acumulados desde o início da concessão.

4.4.2. Investimentos (em R\$ mil)	2020	Acumulado
Investimentos	17.886	754.374

4.4.3. Custos Operacionais (em R\$ mil)	2020	Acumulado
Custos Operacionais	84.799	676.570

4.4.4. Tributos gerados (em R\$ mil)	2020	Acumulado
ISS <sup>1</sup>	5.993	55.664
Cofins	3.846	34.796
PIS	833	7.566

<sup>1</sup> repassado para as prefeituras dos municípios lindeiros.

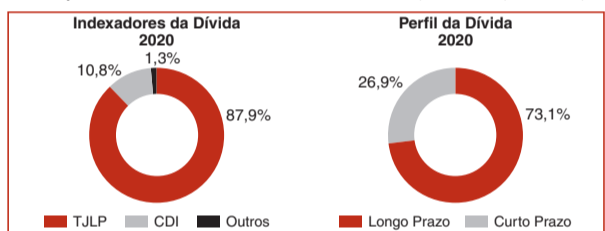
	2020	2019	Δ%
<b>Volume de Tráfego – mil</b>	<b>23.556</b>	<b>23.651</b>	<b>-0,4%</b>
<b>Veículos Equivalentes Pagantes</b>	<b>6.786</b>	<b>7.655</b>	<b>-11,4%</b>
Leves	6.786	7.655	-11,4%
Pesados	16.770	15.996	4,8%

**Tarifas de Pedágio:** A tabela abaixo apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria e veículo.

Categoria	Categoria de veículos															
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	61	62	63	64			
<b>Eixos</b>	2	2	3	3	4	4	5	6	6	7	8	9	10			
<b>Rodagem</b>	Simplex	Dupla	Simplex	Dupla	Simplex	Dupla	Dupla	Dupla	Simplex	Dupla	Dupla	Dupla	Dupla			
Praça 1 – Onda Verde (Km 35,800)	5,20	10,40	7,80	15,60	10,40	20,80	26,00	31,20	2,60	36,40	41,60	46,80	52,00			
Praça 2 – José Bonifácio (Km 98,900)	5,20	10,40	7,80	15,60	10,40	20,80	26,00	31,20	2,60	36,40	41,60	46,80	52,00			
Praça 3 – Lins (Km 183,800)	5,20	10,40	7,80	15,60	10,40	20,80	26,00	31,20	2,60	36,40	41,60	46,80	52,00			
Praça 4 – Marília (Km 268,100)	5,20	10,40	7,80	15,60	10,40	20,80	26,00	31,20	2,60	36,40	41,60	46,80	52,00			

**6.5. Disponibilidade e Endividamento: 6.5.1. Captações de Recursos:** Em 14/05/2010, a Companhia firmou em conjunto com o BNDES contrato de financiamento mediante abertura de crédito no valor total de R\$ 272,2M. Sobre o principal da dívida incidem juros de 2,91% a.a. mais TJLP, com exigibilidade mensal. Em 28/01/2016, a Companhia firmou em conjunto com o ABC contrato de capital de giro no valor total de R\$ 25M. Sobre o principal da dívida incidem juros CDI + 3,0% a.a., com exigibilidade trimestral e com vencimento final em 31/10/2023. Em 30/06/2016, a Companhia firmou em conjunto com o BTG Pactual contrato de Cédula de Crédito Bancário ("CCB") no valor total de R\$ 75M. Sobre o principal da dívida incidem juros de 7% a.a. mais CDI, com vencimento original para 01/02/2017. Em 28/12/2017 foi liquidado o valor de R\$ 82M. Após a liquidação o saldo remanescente foi renegociado com o vencimento original para o dia 28/12/2021 e a taxa 3,00% a.a., 27/11/2020 foi renegociado, onde o vencimento final ficou em 30/06/2022.

	2020	2019	Δ%
<b>Endividamento R\$ mil</b>			
<b>Curto Prazo</b>	<b>37.772</b>	<b>35.262</b>	<b>7,1%</b>
Empréstimos e Financiamentos	37.772	35.262	7,1%
<b>Longo Prazo</b>	<b>102.458</b>	<b>119.644</b>	<b>-14,4%</b>
Empréstimos e Financiamentos	102.458	119.644	-14,4%
<b>Dívida Bruta</b>	<b>140.230</b>	<b>154.906</b>	<b>-9,5%</b>
Caixas e Equivalentes de Caixa	6.103	202,0%	
<b>Dívida Líquida</b>	<b>134.127</b>	<b>152.885</b>	<b>-12,3%</b>
EBITDA	33.224	48.897	-32,1%
<b>Dívida Líquida/ EBITDA</b>	<b>4,04</b>	<b>3,13</b>	<b>29,1%</b>



A Companhia encerrou o exercício com saldo de caixa e equivalente de caixa de R\$ 6,1M, superior ao saldo de 2019 que foi de R\$ 2,0M. O saldo da dívida bruta em dezembro/2020 é de R\$ 140,2M, uma redução de R\$ 14,7M em relação ao saldo de dezembro/2019 motivada pela amortização dos financiamentos. A dívida está concentrada no longo prazo onde temos 73,1% do total.

**6.6. Principais Investimentos**

	2020	Acumulado
Recuperação e Manutenção da Rodovia	4.306	535.624
Manutenção da Infraestrutura Operacional	834	45.254
Obras e Melhoramentos	12.080	158.051
Outros	666	15.447
<b>Total</b>	<b>17.886</b>	<b>754.376</b>

Desde o início da concessão, em 2008, a Concessionária trabalha para oferecer segurança e conforto a todos que utilizam a rodovia através de serviços de recuperação, manutenção, conservação, execução de obras e uma ampla estrutura de atendimento ao usuário. Serviços de fresagem e recomposição, reparos profundos, micro revestimento asfáltico à frio, sinalização vertical e horizontal, além de duplicações de trechos importantes nos municípios de Ourinhos, Marília e São José do Rio Preto, aproximadamente R\$ 754 milhões de investimentos realizados nos treze primeiros anos da Companhia.

2 – Indicadores sociais internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	2.492	5,7%	1,9%	2.138	5,4%	1,5%
Encargos Sociais	3.918	8,9%	3,0%	3.420	8,6%	2,4%
Saúde	3.914	8,9%	3,0%	2.188	5,5%	1,6%
Segurança e Saúde no trabalho	274	0,6%	0,2%	401	1,0%	0,3%
Educação	12	0,0%	0,0%	13	0,0%	0,0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	10	0,0%	0,0%	45	0,1%	0,0%
Participação nos lucros ou resultados	1.088	2,5%	0,8%	970	2,5%	0,7%
Outros	287	0,7%	0,2%	260	0,7%	0,2%
<b>Total – Indicadores sociais internos</b>	<b>11.993</b>	<b>27,3%</b>	<b>9,0%</b>	<b>9.435</b>	<b>23,8%</b>	<b>6,7%</b>

3 – Indicadores sociais externos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Cultura	–	0,0%	0,0%	–	0,0%	0,0%
Outros brindes	8	0,0%	0,0%	16	0,0%	0,0%
Educação	1	0,0%	0,0%	28	0,1%	0,0%
Total de contribuições à sociedade	9	0,0%	0,0%	44	0,1%	0,0%
Tributos (Exceto encargos sociais)	–	0,0%	0,0%	–	0,0%	0,0%
<b>Total – Indicadores sociais externos</b>	<b>9</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>44</b>	<b>0,1%</b>	<b>0,0%</b>

**Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos (Em milhares de reais, exceto o prejuízo (lucro) por ação))**

Balço Patrimonial				Demonstração do Resultado				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				
Ativo	Notas	2020	2019	Notas	2020	2019	Capital social	AFAC	Prejuízos acumulados	Total		
<b>Circulante</b>		<b>23.245</b>	<b>14.683</b>	<b>Circulante</b>	<b>84.572</b>	<b>110.776</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	3	6.103	2.021	Empréstimos e financiamentos	9	37.772	132.562	32.000	(13.030)	339.505		
Aplicações financeiras vinculadas	4	9.692	8.394	Fornecedores	10	18.860	(102.018)	11.587	(5.356)	11.587		
Contas a receber	5	5.076	1.872	Impostos, taxas e contribuições		2.521	30.544	(18.386)	(5.356)	345.736		
Impostos a recuperar		923	960	Obrigações sociais		6.565	11.030	9.847	(1.007)	9.847		
Despesas antecipadas		361	402	Provisão para manutenção	11	—	567	—	(1.007)	(1.007)		
Outros créditos		1.090	1.034	Partes relacionadas	6	925	(459)	—	(19.393)	354.576		
				Dividendos a pagar		1.261	108	—				
				Obrigações infraestrutura a realizar	24.c	10.865	11.138	9.823				
				Passivos de arrendamento		537	271	539				
				Outras contas a pagar		5.266	373	539				
				<b>Não circulante</b>		<b>166.321</b>	<b>154.506</b>					
				Empréstimos e financiamentos	9	102.458	(12.646)	(18.253)				
				Fornecedores	10	427	(12.375)	(17.714)				
				Impostos, taxas e contribuições		957	(1.237)	(7.891)				
				Provisão para manutenção	11	6.326	(1.375)	(406)				
				Partes relacionadas	6	31.566	1.605	2.941				
				Tributos diferidos	12.a	11.208	230	2.535				
				Provisão para demandas judiciais	13	4.322	(1.007)	(5.356)				
				Passivos de arrendamento		263	—	—				
				Outras contas a pagar		8.794	—	—				
				<b>Patrimônio líquido</b>	<b>14</b>	<b>354.576</b>	<b>345.736</b>					
				Capital social		320.535	320.535					
				Adiantamento para futuro aumento de capital		53.434	53.434					
				Prejuízos acumulados		(19.393)	(18.386)					
				<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>605.469</b>	<b>611.018</b>					
<b>Total do ativo</b>		<b>605.469</b>	<b>611.018</b>									

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

**1 Contexto operacional**

A Transbrasiliana – Concessionária de Rodovia S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, fundada em 20/07/2007, com sede localizada na Rodovia Transbrasiliana (BR-153) KM 183 + 800 metros, Município de Lins – Estado de São Paulo e controlada indiretamente pela TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. (“Triunfo” ou “Controladora”), controladora da acionista BRVias Holding TBR S.A. O objeto social da Companhia é realizar, sob o regime de concessão, mediante a cobrança de pedágio, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos e obras, abrangendo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, conservação, operação, ampliação e melhorias do Lote Rodoviário nº 01, BR-153/SP, no Trecho Divisa MG/SP – Divisa SP/PR, assim como seus acessos, até 14/02/2023. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. Em 12/12/2007, por meio da Resolução nº 2.479 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), homologou o resultado do Leilão de Concessão do Lote 1 à Rodovia BR-153/SP. Em 13/02/2008, por meio da Resolução nº 2.537 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), emitiu o Ato de Outorga em favor da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. e autorizou a assinatura do Contrato de Concessão. Dessa forma, a Companhia se compromete a realizar um programa de investimentos durante os 25 anos de concessão em contrapartida da cobrança de pedágio. Conforme resolução nº 4.973 emitida pela ANTT, de 16/12/2015, a ANTT aprovou o reajuste da Tarifa Básica de Pedágio de R\$4,30 para R\$7,40, sujeito à: (i) submissão do projeto executivo para obras de duplicação, com respectiva análise e não objeção da ANTT; (ii) realização da audiência pública pela ANTT; (iii) deliberação da Diretoria Colegiada da ANTT; e (iv) comunicação prévia ao Ministério dos Transportes e ao Ministério da Fazenda à entrada em vigência da Nova Tarifa Básica. O processo foi para audiência pública em abril de 2016, tendo como finalidade a inclusão de novos investimentos no Programa de Exploração Rodoviária (PER), para obras de duplicação do trecho da Rodovia BR-153/SP entre o km 0 e o km 51,7 (Lote 1) e entre o km 162 e o km 195,2 (Lote 3). Ocorre que, em dezembro de 2016, embora atendidas todas as condições legais e contratuais para inclusão de novos investimentos, a Companhia e a ANTT foram intimadas a se manifestar em face do pedido cautelar formulado pela equipe da Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária – SeinfraRodovia que, por meio de representação proposta junto ao TCU (Tribunal de Contas da União), pediu a suspensão cautelar da inclusão destas novas obras. A Concessionária já apresentou todos os esclarecimentos necessários e suficientes ao TCU, sendo que a ANTT, através do Ofício nº 043/2017/DG/ANTT, decidiu não incluir as obras no Contrato de Concessão até que haja conclusão definitiva da questão pelo TCU. Como o Contrato de Concessão prevê as obras de ampliação de capacidade com o objetivo de assegurar a manutenção do nível de serviço estabelecido, bem como os critérios destes investimentos, e o direito da Companhia ao correspondente reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão quando da inclusão de novas obras, a Companhia entende que a não inclusão destas obras de duplicação no Contrato de Concessão acarretaria na inexecução contratual pelo Poder Concedente. Em linha com o entendimento da Companhia, o Ministério Público Federal (MPF) – Procuradoria da República de Marília (SP) manifestou-se através do Inquérito Civil Público nº 1.34.007.000319/2014-45 com Recomendação nº 05 (PRM-MI-SP-00003316/2017) a ANTT, onde considerou que as objeções jurídicas apresentadas pela Seinfra-Rodovia/TCU nº 0032.829/2016 não encontram amparo na ordem jurídica pátria, consoante doutrina e decisões do TCU. Nesse sentido, em face da omissão do Diretor Geral da ANTT em autorizar o início das obras, a Companhia impetrou o Mandado de Segurança nº 1007988-79.2017.4.01.3400 e em 15/10/2018 tomou conhecimento pelo site do Tribunal Regional Federal da 1ª Região de que foi deferida a liminar pleiteada para determinar à Autoridade Impetrada (ANTT) que, no prazo de 15 (quinze) dias, autorizasse o imediato início das obras de duplicação dos Lotes 01 (km 0+000 ao km 51+700) e 03 (km 162+000 ao 195+200) da Rodovia BR-153/SP, nos termos aprovados pela própria ANTT (resolução nº 4.973 emitida pela ANTT), a fim de garantir a segurança dos usuários da Rodovia e restabelecer o nível de serviço contratual, mediante o concomitante reequilíbrio do Contrato de Concessão, por meio da revisão da tarifa de pedágio já aprovada pela ANTT e autorizada pelo Ministério da Fazenda. Em 23/10/2018, o Ministério Público Federal se manifestou nos autos do Mandado de Segurança afirmando que “mostra-se imperiosa, no caso em apreço, a execução das obras de ampliação da Rodovia BR-153/SP, nos trechos compreendidos entre a divisa de MG/SP e SP/PR, para restabelecer o nível de serviço, sobretudo em razão da proteção da segurança e da vida dos usuários” e em 06/11/2018, através da Deliberação nº 887, a ANTT autorizou o início imediato das obras de duplicação dos Lotes 01 e 03 da Rodovia BR-153/SP. A liminar foi revogada e a ANTT publicou a Deliberação nº 992, de 04/12/2018 que revogou a Deliberação nº 887, de 06/11/2018. Em 11/02/2020 o processo foi sentenciado e em face da decisão, publicada em 21/02/2020, a Companhia após Recurso de Embargos de Declaração visando sanar os vícios de (i) omissão, (ii) erro de fato decorrente de premissa equivocada e (iii) obscuridade. Os Embargos de Declaração opostos pela Companhia foram analisados pela mesma Juíza que proferiu a sentença e rejeitados. Diante da manutenção da decisão, a Companhia interpôs Recurso de Apelação, em 15/06/2020, que será analisado pelo Tribunal Regional Federal. Em 25/09/2020, a Companhia apresentou pedido de Tutela Antecipada, requerendo o deferimento da antecipação de tutela recursal, para determinar que a ANTT expedisse a liberação para que a Companhia realizasse os investimentos relacionados à Duplicação dos Lotes 01 e 03, com o concomitante reequilíbrio do Contrato de Concessão. O pedido de antecipação da tutela foi indeferido em 07/10/2020. A Concessionária protocolou pedido de reconsideração, que também foi indeferido. Em 01/03/2021, a Concessionária tomou conhecimento de que o TRF da 1ª Região deu provimento, por unanimidade, ao Recurso de Apelação interposto pela Transbrasiliana no Mandado de Segurança nº 1007988-79.2017.4.01.3400, o que autoriza o início das obras de duplicação dos Lotes 01 e 03 da Rodovia BR-153/SP, bem como o consequente reequilíbrio da tarifa de pedágio de modo a contemplar a inclusão de referidas obras no contrato de concessão. Em 06/03/2021 passou a ser aplicada, em todas as praças de pedágio administradas pela Concessionária, a tarifa de R\$ 7,70 (sete reais e setenta centavos), conforme previsto na Resolução ANTT nº 4.973, de 16/12/2016. A nova tarifa no valor de R\$ 7,70 (sete reais e setenta centavos), deverá ser objeto de reajuste a ser homologado pela ANTT para o integral reequilíbrio. **Continuidade operacional:** Em 31/12/2020, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$61.791 (R\$96.388 em 31/12/2019), sendo que desse montante R\$925 (R\$29.797 em 31/12/2019) referem-se a dívidas com partes relacionadas classificadas no passivo circulante. Em adição ao leilão de reajuste de Tarifa Básica de Pedágio mencionado anteriormente, a Administração da Companhia tem adotado outras ações para sua reestruturação, como: • Aumento de receita acessória com novos projetos em área de concessão. Desde o início da gestão pela Triunfo, em janeiro de 2015, a Companhia vem passando por reestruturações e otimizações de processos de forma a incrementar sua geração de caixa, e outras medidas vêm sendo tomadas no sentido de alavancar o faturamento; • Parcelamento de tributos; • Renegociação com fornecedores e instituições financeiras, com o objetivo de redução de custos e alongamento da dívida; e • Aporte de capital realizada pela sua controladora

conforme nota explicativa nº 14. A Companhia está também inserida no plano de reestruturação financeira desenvolvido por sua controladora (Triunfo), que compreende a alienação de sua participação em investidas e a repactuação do endividamento das empresas do grupo. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A Administração da Companhia, em conjunto aos acionistas controladores, avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente, e entende que os planos de reestruturação financeira da Controladora são itens importantes para o planejamento financeiro da Companhia, bem como para a continuidade das operações. **Impactos da pandemia da Covid-19 nas operações da Companhia:** Em 11/03/2020 a Organização Mundial de Saúde (“OMS”) declarou a pandemia da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus. Em decorrência da pandemia, e visando a contenção da doença no país, vários estados e municípios brasileiros começaram a decretar Estado de Emergência e em 20/03/2020 foi reconhecido o Estado de Calamidade Pública pelo Congresso Nacional. Dentre as medidas implementadas pelos governantes, foi determinado em vários estados e municípios o fechamento de estabelecimentos comerciais e a recomendação do isolamento social. A Companhia implementou um plano de contingências visando proteger a saúde dos colaboradores, seus familiares, prestadores de serviço, usuários e sociedade em geral. As principais medidas do plano são: afastamento dos profissionais dos grupos de risco, isolamento domiciliar de profissionais com sintomas de gripe ou com suspeita de infecção; intensificação das medidas de higienização e fornecimento de álcool gel nos escritórios, postos de atendimento e principalmente nas praças de pedágio; divulgação de campanhas educativas e informativas, seguindo orientações das autoridades sanitárias; adoção de regime de teletrabalho (“home office”) para todos os profissionais enquadrados; adoção de turnos de trabalho e uso de máscaras de proteção para os profissionais não afastados ou em home office; suspensão de viagens não essenciais; suspensão de eventos e reuniões presenciais; disponibilização de ferramentas e incentivo para realização de reuniões por meio de videoconferência. Com as restrições de funcionamento à diversos estabelecimentos considerados não essenciais, além das recomendações de isolamento social, o volume de tráfego diário das rodovias reduziu em média 22% nos últimos dias do mês de março de 2020, em comparação às médias das semanas anteriores à pandemia. O mês de abril continuou apresentando queda média 30%. Nos meses de maio a dezembro o volume de tráfego foi sendo gradualmente retomado, apresentando queda média de 7%, em comparação à média de tráfego anterior ao início da pandemia. A partir do segundo semestre de 2020 continuou sendo observada a retomada gradual do tráfego, neutralizando os efeitos de queda observados ao início da pandemia. Ainda não é possível dimensionar por quanto tempo serão mantidas as restrições e recomendações de isolamento, que inevitavelmente estão impactando a economia mundial. No entanto, a Companhia adotou medidas imediatas para compensar o impacto da queda da receita no fluxo de caixa e garantir a manutenção de suas operações no curto prazo. As principais medidas que reduziram o impacto no fluxo de caixa durante o exercício de 2020 foram: a) Suspensão negociada do pagamento de principal e juros dos financiamentos da Transbrasiliana junto ao BNDES durante 6 meses, a partir de 05/2020, retornando o pagamento em 11/2020; b) Adoção das possibilidades concedidas pela União em razão da pandemia nos âmbitos tributário, previdenciário e trabalhista, como: a) postergação de pagamento dos tributos sobre a receita (PIS e COFINS) e do INSS patronal dos meses de março, abril e maio para o segundo semestre de 2020, conforme Portarias 139/2020 e 245/2020 do Ministério da Economia; parcelamento dos saldos de FGTS de março, abril e maio de 2020 em até seis meses a partir do mês de julho, conforme MP 27/2020. c) Negociação com fornecedores para redução e postergação dos pagamentos. Importante mencionar que 38% das receitas de pedágio são recebidas à vista e as tarifas dos usuários que utilizam os sistemas de cobrança automática são repassadas às concessionárias pelas operadoras de sistema automático – OSAs (ou Administradoras de Meios de Pagamentos – AMAPs), que são detentoras do risco de inadimplência dos usuários. Desta forma, não foram identificados riscos relacionados aos recebíveis. O contrato de concessão possui garantia de reequilíbrio econômico-financeiro no caso de pandemia e, portanto, as perdas de receita e consequentes alterações no fluxo de caixa durante o período da crise serão compensadas pelas formas previstas no contrato por análise e definição em conjunto ao Poder Concedente, podendo ser aumento de tarifa, redução de investimentos, prorrogação do prazo de concessão, dentre outros. O direito do reequilíbrio foi corroborado pelo Parecer nº 261/2020 da AGU – Advocacia Geral da União. A Administração da Companhia entende que as medidas que estão sendo tomadas para compensar a queda de arrecadação no fluxo de caixa são efetivas e suficientes para garantir a continuidade de seus negócios no curto prazo. Importante ressaltar que a Administração envida os maiores esforços para preservação de emprego e manutenção da renda e permanece em contínua avaliação de medidas adicionais que possam ser implementadas a fim de garantir a saúde e segurança dos profissionais e usuários, bem como para garantir o caixa necessário para manutenção da operação da Companhia.

**2 Base para preparação e apresentação das informações**

A Administração da Companhia autorizou a conclusão e emissão destas Demonstrações Financeiras em 10/03/2021. **2.1. Base de preparação e declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB. As demonstrações financeiras elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia faz o uso de estimativas e de julgamentos, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores divulgados das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020:** As seguintes revisões de normas entraram em vigência em 2020, porém não há impactos nas demonstrações contábeis da Companhia no exercício encerrado em 31/12/2020. a) Definição de um negócio (alterações a IFRS 3): As alterações a IFRS 3 são obrigatórias para períodos iniciados a partir de 01/01/2020. A Companhia deve aplicar a definição revisada de um negócio para as aquisições que ocorrerem em ou após 01/01/2020 para determinar se deveriam ser contabilizadas de acordo com a IFRS 3. Não é permitido reavaliar aquisições ocorridas antes da data de vigência da referida revisão. b) **Impactos da COVID-19 nas concessões de aluguel (Alterações a IFRS 16):** A partir de 01/06/2020, a IFRS 16 foi alterada para fornecer um expediente prático para os locatários que contabilizam as concessões de aluguel recebidas como consequência direta da pandemia da Covid-19. Novas normas, revisões e interpretações

emitidas que ainda não estavam em vigor em 31/12/2020: A Administração ainda está avaliando as seguintes normas ou alterações que forma emitidas, mas ainda não estavam vigentes em 31/12/2020, e até o momento não identificou impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia quando da adoção, a saber: • Contratos onerosos – Custo de cumprimento de contrato (Alterações a IAS 37). Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 01/01/2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato; • Alteração na norma IAS 16 Imobilizado – Classificação do resultado gerado antes do imobilizado estar em condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022; • Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2022. Efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações de norma são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022; • Alteração na norma IFRS 3 – Inclui alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual das IFRS. As alterações à IFRS 3 são efetivas para períodos iniciados em ou após 01/01/2022; • Alteração na norma IFRS 17 – Inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros. Alteração à IFRS 17 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; • Alteração na norma IAS 1 – Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante. Esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante. Alteração à IAS 1 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; • Alteração na norma IFRS 4 – Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9 para seguradoras. Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária de aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras. Alteração à IFRS 4 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; e • Alteração nas normas IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 (Reforma da Taxa de Juros de Referência – IBOR “fase 2”). As alterações são obrigatórias para períodos iniciados a partir de 01/01/2021, e esclarecem aspectos referentes à definição da taxa de juros de referência para aplicação nessas normas.

**3 Caixa e equivalentes de caixa**

	2020	2019
Caixa geral	515	678
Saldo bancários	5.588	1.343
	<b>6.103</b>	<b>2.021</b>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação.

**4 Aplicações financeiras vinculadas**

	2020	2019
Aplicações financeiras	9.692	8.394
	<b>9.692</b>	<b>8.394</b>

Trata-se de aplicação financeira em Certificado de Depósito Bancário, junto ao Banco do Brasil, com liquidez diária, sendo remunerada pela variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs), mantida a título de garantia da operação junto ao BNDES, vide mais detalhes na nota explicativa nº 09.

**5 Contas a receber**

	2020	2019
Arrecadação de pedágio	4.988	1.836
Receitas acessórias	6.058	5.992
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (i)	(5.216)	(5.216)
<b>Total</b>	<b>5.840</b>	<b>2.612</b>
Circulante	5.076	1.872
Não Circulante	764	740

(i) Em 31/12/2020 a Companhia mantém provisionado os montantes de R\$5.216 (mesmo valor em 31/12/2019) para crédito de liquidação duvidosa o qual representa apenas um cliente do contas a receber em atraso das receitas acessórias. Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, não foram identificados riscos adicionais nos recebíveis em decorrência da pandemia da Covid-19, tendo em vista que os créditos de pedágio, principal fonte de recursos da Companhia, são repassados à concessionária pelas operadoras de sistema automático – OSAs (ou Administradoras de Meios de Pagamentos – AMAPs).

**6 Partes relacionadas**

A Companhia submete todas as aquisições de materiais e serviços a processos de cotação de preços, inclusive aquelas com partes relacionadas,

**7 Imobilizado**

	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Outros	Total
<b>Custo</b>						
Saldo em 31/12/2019	1.315	2.063	412	8.544	749	13.083
Adições	378	80	5	892	2	1.357
Baixas	(2)	(20)	—	(728)	—	(750)
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>1.691</b>	<b>2.123</b>	<b>417</b>	<b>8.708</b>	<b>751</b>	<b>13.690</b>
<b>Depreciação</b>						
Saldo em 31/12/2019	(1.112)	(731)	(234)	(4.814)	(142)	(7.033)
Adições	(156)	(218)	(37)	(1.468)	(42)	(1.921)
Baixas	—	6	—	690	—	696
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>(1.268)</b>	<b>(943)</b>	<b>(271)</b>	<b>(5.592)</b>	<b>(184)</b>	<b>(8.258)</b>
Valor residual líquido						
Saldo em 31/12/2019	203	1.332	178	3.730	607	6.050
Saldo em 31/12/2020	423	1.180	146	3.116	567	6.502
Taxas medias de depreciação %	20	10	10	20	10 a 20	

**i. Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo atribuído, deduzido de depreciação acumulada. O custo de bens adquiridos após a adoção do custo atribuído inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. **ii. Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil de cada componente e são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados a cada encerramento das demonstrações contábeis e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas contábeis é contabilizado prospectivamente.

**8 Intangível e Ativo de contrato (Intangível em construção)**

	Recuperação da rodovia (iii)	Operação da rodovia/melhoramentos (i)	Total do intangível	Intangível em andamento (ii)	Infraestrutura a realizar (nota explicativa 23.c)	Total do intangível em construção
<b>Custo</b>						
Saldo em 31/12/2019	531.315	128.914	660.229	53.734	9.442	63.176
Adições	594	2.314	2.908	16.403	—	16.403
Baixas	(1.321)	(670)	(1.991)	(41)	—	(41)
Transferências	5.032	167	5.199	(5.199)	—	(5.199)
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>535.620</b>	<b>130.725</b>	<b>666.345</b>	<b>64.897</b>	<b>9.442</b>	<b>74.339</b>

	2020	2019
Re		

	Recuperação da rodovia (iii)	Operação da rodovia/melhoramentos (i)	Total do intangível	Intangível em andamento (ii)	Infraestrutura a realizar (nota explicativa 23.c)	Total do intangível em construção
<b>Amortização</b>						
Saldo em 31/12/2019	(128.205)	(23.478)	(151.683)	(1.616)	-	(1.616)
Adições	(28.087)	(2.195)	(30.282)	(2.258)	-	(2.258)
Baixas	366	142	508	-	-	-
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>(155.926)</b>	<b>(25.531)</b>	<b>(181.457)</b>	<b>(3.874)</b>	-	<b>(3.874)</b>
Valor residual líquido						
Saldo em 31/12/2019	403.110	105.436	508.546	52.118	9.442	61.560
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>379.694</b>	<b>105.194</b>	<b>484.888</b>	<b>61.023</b>	<b>9.442</b>	<b>70.465</b>
<b>Taxa de amortização %</b>	<b>6,03</b>	<b>6,03</b>				

(i) Representado por outros investimentos relacionados ao contrato de concessão conforme previsto no Programa de Exploração da Rodovia (PER), por exemplo, implantação dos sistemas operacionais. (ii) Representado por outros investimentos relacionados ao contrato de concessão conforme previsto no Programa de Exploração da Rodovia (PER). (iii) Refere-se aos serviços de construção relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura. Considerando que tais serviços representam potencial de geração de receita adicional, com a recuperação do investimento efetuado por meio dessa geração adicional de receita, a Companhia reconhece o direito de explorar e as obrigações de construir na medida em que os serviços de construção são prestados. Os ativos intangíveis da Companhia são compostos pelo custo de aquisição e/ou construção e possuem vida útil definida. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando aplicável. Não existem ativos intangíveis individualmente relevantes inseridos nos grupos apresentados. Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. As construções efetuadas durante a concessão são entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita é subsequentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários. Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. O critério para amortização do ativo intangível é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, dessa forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo da concessão. As amortizações dos ativos intangíveis são incluídas na rubrica denominada "Custos dos serviços prestados", nas demonstrações de resultado. **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças econômicas ou operacionais, que possam indicar que os ativos intangíveis possam ter sofrido desvalorização. Caso exista algum indicador de perda de valor recuperável, o teste de *impairment* é realizado na data identificada. O valor recuperável de um ativo é definido como sendo o menor entre o valor contábil e o valor em uso. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. As premissas sobre o fluxo de caixa futuro e projeções de crescimento são baseadas no orçamento anual para 2021 e no plano de negócios de longo prazo, aprovados pelo Conselho de Administração. As principais premissas-chaves utilizadas abrangem o prazo da concessão e consideram: (i) crescimento das receitas projetadas com aumento do volume médio e receita média anual; (ii) os custos e despesas operacionais projetados considerando dados históricos; (iii) níveis de manutenção previstos nos contratos de concessão; e (iv) os investimentos em bens de capital. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados à taxa equivalente ao custo médio ponderado de capital da Companhia. O resultado apurado no teste de *impairment* foi superior aos saldos contábeis de ativo intangível e intangível em construção, sendo assim não foram identificadas perdas por desvalorização nos ativos avaliados no exercício. Não foram identificados riscos adicionais de recuperabilidade de ativos em decorrência da pandemia da Covid-19, conforme mencionado na nota explicativa nº 1, uma vez que os contratos de concessão possuem garantia de reequilíbrio econômico-financeiro no caso de eventos extraordinários, como a pandemia. **Ativo de contrato (intangível em construção):** O intangível em construção reflete os ativos que ainda não estavam em operação na data das Demonstrações Financeiras. O valor do intangível em construção em 31/12/2020, era de R\$ 61.023 de intangível em andamento e R\$ 9.442 de infraestrutura a realizar (R\$ 53.734 de intangível em andamento e R\$ 9.442 de infraestrutura a realizar em 31/12/2019).

**12 Imposto de Renda e Contribuição Social**  
**Imposto de Renda e Contribuição Social correntes:** Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço. Imposto de Renda e Contribuição Social correntes, relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. **Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos:** Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais/bases negativas não utilizados, na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos/bases negativas. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que custos tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do tributo diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuro. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. A Companhia apresenta prejuízos fiscais a compensar no valor de R\$ 30.125 acumulados até 31/12/2020. Estes valores não prescrevem. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. a) **Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos – ativo e passivo:**

	2020	2019
<b>Ativo</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Prejuízo fiscal e base negativa	10.243	10.853
Provisões	6.684	5.599
	<b>16.927</b>	<b>16.452</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto de renda – efeito temporário ICP (1) (R1)/IFRIC 12	(9.734)	(10.367)
Outros	(1.474)	(1.971)
	<b>(11.208)</b>	<b>(12.338)</b>
	<b>6.016</b>	<b>4.114</b>

Em 31/12/2020, a Companhia possuía prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social no montante de R\$30.125. A expectativa de recuperação dos créditos tributários diferidos referentes ao prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, encontra-se a seguir demonstrada:

	2020	2019
<b>Ano</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
2021	2.775	2.775
2022	1.799	1.799
2023	1.854	1.854
2024	2.683	2.683
2025	1.132	1.132
<b>Total</b>	<b>10.243</b>	<b>10.243</b>

b) **Imposto de Renda e Contribuição Social – resultado:** A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e da contribuição social é demonstrada como segue:

	2020	2019
<b>Resultado antes do IRPJ e da contribuição social</b>	<b>(1.237)</b>	<b>(7.891)</b>
Alíquota nominal	34%	34%
(-) Despesas com imposto à alíquota nominal	420	2.683
(+) Adições permanentes	(383)	(72)
(+) Outros	193	(76)
	230	2.535
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.375)	(406)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.605	2.941
(-) IRPJ e contribuição social no resultado	230	2.535
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>19%</b>	<b>34%</b>

**9 Empréstimos e financiamentos**

Tipo de operação	Taxa de juros (% a.a.)	Inde-xador	Venci-mento	2020	2019
Finame – BNDES (i)	2,91%	TJLP	2028	123.296	131.240
Finame – VW	10,00%	-	2020	-	57
CCB ABC (ii)	3,0%	CDI	2022	9.200	12.812
CCB BTG (iii)	3,0%	CDI	2021	5.937	9.501
CCB	12,20%	-	2025	1.797	1.296
Total				<b>140.230</b>	<b>154.906</b>
Circulante				<b>37.772</b>	<b>35.262</b>
Não circulante				<b>102.458</b>	<b>119.644</b>

(i) Em 14/05/2010, a Companhia firmou em conjunto com o BNDES contrato de financiamento mediante abertura de crédito no valor total de R\$272.231, com exigibilidade mensal o financiamento possui as seguintes garantias: • Cessão da totalidade dos direitos creditórios no valor de R\$9.692 (nota explicativa nº 4); • Cessão da indenização que venha a ser devida pelo Poder Concedente, no caso de término antecipado do contrato de concessão; • Caução da totalidade das ações emitidas pela Concessionária. Em 31/12/2020, a Companhia estava em cumprimento com os *covenants* estabelecidos nos contratos de empréstimos. (ii) Em 28/01/2016, a Companhia firmou em conjunto com o ABC contrato de capital de giro no valor total de R\$24.998, com exigibilidade trimestral. (iii) Em 30/06/2016, a Companhia firmou em conjunto com o BTG Pactual contrato de Cédula de Crédito Bancário ("CCB") no valor total de R\$75.031, com vencimento original para 01/02/2017. Em 28/12/2017 foi liquidado o valor de R\$82.000, e o saldo remanescente foi renegociado para o dia 28/12/2021. A Controladora da Companhia é avalista deste contrato. Os empréstimos e financiamentos, em 31/12/2020, possuem taxa média ponderada de 7,24% a.a. (8,36% a.a. em 31/12/2019). Os montantes apresentados no não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Vencimento	2020	2019
2022	37.779	37.779
2023	23.040	23.040
2024	15.227	15.227
2025	15.597	15.597
2026 – 2028	10.815	10.815
	<b>102.458</b>	<b>102.458</b>

**10 Fornecedores**

	2020	2019
Fornecedores diversos	11.452	14.589
Retenções (i)	7.835	8.080
	<b>19.287</b>	<b>22.669</b>
Circulante	18.860	21.635
Não Circulante	427	1.034

(i) A Companhia adota como procedimento realizar retenções parciais do valor do serviço contratado, para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros, uma vez que a Companhia é acionada judicialmente por ser responsável solidária. Esses percentuais e prazos de retenção são determinados por meio dos contratos de prestação de serviço assinado entre as partes.

**11 Provisão para manutenção**  
 Pelo desgaste derivado do uso da infraestrutura, a partir da data de transição para a adoção do ICP (01), é registrada provisão, com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa do período para manutenção e recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade prevista no contrato de concessão. O passivo é progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras de recomposição da infraestrutura em data futura, observados os dispositivos do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço. A manutenção da rodovia compreende o conjunto de intervenções físicas programadas que a Concessionária deverá realizar com o objetivo de recompor e aprimorar as características técnicas e operacionais das estruturas físicas

da concessão dentro de padrões estabelecidos, ou, ainda, prevenir que sejam alcançados níveis indesejados. De modo geral, a manutenção inicia-se após a fase de recuperação da rodovia e desenvolve-se até o final da concessão. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Esta etapa somente se inicia após a conclusão e o aceite da ANTT das obras que compõe a fase de Recuperação da Rodovia. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincentadas ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários. Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. A movimentação da provisão de manutenção durante o período é como segue:

	2020	2019
<b>Resumo da movimentação</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Saldo inicial	4.846	2.837
Adições	1.480	2.009
<b>Saldo final</b>	<b>6.326</b>	<b>4.846</b>
<b>Circulante</b>	-	992
<b>Não Circulante</b>	<b>6.326</b>	<b>3.854</b>

Os investimentos programados em manutenções incluem recapamentos de rodovias (a cada cinco anos), cujo cronograma previsto para execução das obras é demonstrado como segue:

Período	RS
2022	4.600
2023	1.364
2024	362
2024	<b>6.326</b>

**12 Imposto de Renda e Contribuição Social**  
**Imposto de Renda e Contribuição Social correntes:** Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço. Imposto de Renda e Contribuição Social correntes, relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. **Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos:** Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais/bases negativas não utilizados, na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos/bases negativas. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que custos tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do tributo diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuro. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. A Companhia apresenta prejuízos fiscais a compensar no valor de R\$ 30.125 acumulados até 31/12/2020. Estes valores não prescrevem. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. a) **Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos – ativo e passivo:**

	2020	2019
<b>Ativo</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Prejuízo fiscal e base negativa	10.243	10.853
Provisões	6.684	5.599
	<b>16.927</b>	<b>16.452</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto de renda – efeito temporário ICP (1) (R1)/IFRIC 12	(9.734)	(10.367)
Outros	(1.474)	(1.971)
	<b>(11.208)</b>	<b>(12.338)</b>
	<b>6.016</b>	<b>4.114</b>

Em 31/12/2020, a Companhia possuía prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social no montante de R\$30.125. A expectativa de recuperação dos créditos tributários diferidos referentes ao prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, encontra-se a seguir demonstrada:

	2020	2019
<b>Ano</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
2021	2.775	2.775
2022	1.799	1.799
2023	1.854	1.854
2024	2.683	2.683
2025	1.132	1.132
<b>Total</b>	<b>10.243</b>	<b>10.243</b>

b) **Imposto de Renda e Contribuição Social – resultado:** A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e da contribuição social é demonstrada como segue:

	2020	2019
<b>Resultado antes do IRPJ e da contribuição social</b>	<b>(1.237)</b>	<b>(7.891)</b>
Alíquota nominal	34%	34%
(-) Despesas com imposto à alíquota nominal	420	2.683
(+) Adições permanentes	(383)	(72)
(+) Outros	193	(76)
	230	2.535
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.375)	(406)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.605	2.941
(-) IRPJ e contribuição social no resultado	230	2.535
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>19%</b>	<b>34%</b>

**13 Provisão para demandas judiciais e administrativas**  
 A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita aos processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que ocorra uma saída de recursos para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser realizada. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Em 31/12/2020, está provisionado o montante de R\$3.814 (R\$3.863 em 31/12/2019), o qual na opinião da Administração, com base na opinião de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31/12/2019	2.620	1.243	3.863
Adições	2.390	1.878	4.268
Pagamentos	(837)	(1.680)	(2.517)
Reversões	(359)	(933)	(1.292)
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>3.814</b>	<b>508</b>	<b>4.322</b>

Adicionalmente, a Companhia é parte de outras ações cujo risco de perda é possível, de acordo com a análise dos advogados externos responsáveis e da Administração da Companhia, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida. Essas ações totalizam R\$57.845 em 31/12/2020 (R\$54.798 em 31/12/2019).

	2020		2019	
	Quantidade	RS	Quantidade	RS
Cíveis	104	55.606	80	52.430
Trabalhistas	49	2.239	63	2.368
<b>Total</b>	<b>153</b>	<b>57.845</b>	<b>143</b>	<b>54.798</b>

**14 Patrimônio líquido**

a) **Capital social:** Em 31/12/2020, o capital social da Companhia era de R\$320.535 (mesmo valor em 31/12/2019) totalmente integralizado, representado por 428.071.224 (mesma quantidade em dezembro de 2019) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal pertencentes à BRVias Holding TBR S.A. A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$500.000. Até 31/12/2020, o acionista controlador da Companhia realizou adiantamentos em dinheiro à Companhia a título de futuro aumento de capital no montante de R\$53.434, com previsão de ser convertido em capital social no próximo exercício. b) **Resultado por ação:** O cálculo básico de resultado por ação é feito por meio da divisão do resultado líquido do período, atribuído aos detentores de ações, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis nesse período. O resultado diluído por ação é calculado por meio da divisão do resultado líquido atribuído aos detentores de ações pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias. A seguir apresentamos os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação: *Memória de cálculo do resultado por ação:*

	Resultado do período	Quantidade ponderada de ações	Resultado por ação básico e diluído – R\$ – expresso em reais
<b>Exercício findo em</b>	<b>do período</b>	<b>de ações</b>	<b>expresso em reais</b>
31/12/2019	(5.356)	428.071.224	(0,01251)
31/12/2020	(1.007)	428.071.224	(0,00273)

No exercício findo em 31/12/2020 não ocorreram transações com ações ordinárias potenciais diluidoras que gerassem diferença entre o resultado básico e o resultado diluído por ação ordinária.

**15 Receita operacional líquida**

A seguir a composição da receita operacional líquida:

	2020	2019
Receita de pedágios	122.491	122.988
Receitas acessórias	3.700	3.558
Receita de construção – ativos da concessão	17.219	24.288
Tributos incidentes	(10.848)	(10.759)
	<b>132.562</b>	<b>140.075</b>

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. As receitas do exercício de 2020 sofreram impacto negativo de 2% (ou R\$ 1.999) devido à crise gerada pela pandemia da Covid-19 principalmente a partir do dia 20/03/2020, quando foi reconhecido o Estado de Calamidade Pública no país. O volume de tráfego diário permaneceu em recuperação média de 4% em período subsequente à 31/12/2020, porém a Companhia adotou diversas medidas que estão compensando as alterações de fluxo de caixa decorrentes da pandemia, conforme mencionado na nota explicativa nº 1. **Receita de pedágio:** As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio. Na avaliação da Companhia, não há impacto material na adoção do CPC 47 para esse grupo de contratos. **Receita de construção:** Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICP(01) (R1) – Contratos de Concessão (equivalente à interpretação IFRIC 12, emitida pelo IASB), as receitas relativas ao serviço de construção devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida a um ativo de contrato (intangível em construção) durante o período de construção e posteriormente, quando concluído, transferido ao ativo intangível de concessão. Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita. A Companhia concluiu que os serviços são atendidos ao longo do tempo, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela concessionária. Consequentemente, de acordo com o CPC 47, a receita desses contratos é reconhecida ao longo do tempo ao invés de ser de forma pontual. É aplicado assim, um método de percentagem de conclusão, equivalente ao "Método de insumo" apresentado no CPC 47, para mensuração e reconhecimento dos custos e receitas relacionados às obras. A mensuração e reconhecimento pelas normas atuais é equivalente às das novas normas, portanto, a Companhia concluiu não haver ajustes relevantes a serem reconhecidos em relação às receitas de construção, com exceção do reconhecimento de um ativo de contrato durante o período de construção. **Receitas acessórias:** Correspondem às receitas decorrentes de contratos de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia por terceiros e são reconhecidas na conta de receitas acessórias na Demonstração de Resultado da Companhia. **Tributos incidentes sobre Prestação de Serviços:** As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

**Triunfo** | TRANSBRASILIANA

**Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.** | CNPJ/MF nº 09.074.183/0001-64

## 19 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31/12/2020, estavam contratados os seguros demonstrados a seguir:

Modalidade	Vigência	Cobertura – R\$
Responsabilidade civil	Maio/2020 a maio/2021	10.000
Engenharia	Agosto/2020 a setembro/2021	15.411
Operacionais	Maio/2020 a maio/2021	47.735

Em virtude da aquisição de veículos pesados para a operação da Rodovia, foram contratadas coberturas de responsabilidade civil contra terceiros (danos materiais, corporais e morais).

## 20 Benefícios a empregados

Em 06/01/2012, a Controladora firmou um Plano de Aposentadoria denominado Triunfo Prev, cuja modalidade é contribuição definida. Dessa forma, a Companhia não possui obrigações atuariais a serem reconhecidas. A Transbrasiliana aderiu ao Plano de Previdência em julho de 2016, sendo que as contribuições da Companhia e dos funcionários no exercício findo em 31/12/2020 e 2019 totalizaram R\$ 365 e R\$ 349, respectivamente.

## 21 Remuneração dos diretores

A seguir o valor total de remuneração atribuído aos diretores:

	2020	2019
Pró-labore	1.238	1.106
Encargos sociais	247	350
Benefícios diretos e indiretos	204	160
Participação nos resultados	—	582
<b>Total</b>	<b>1.689</b>	<b>2.198</b>

## 22 Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais e diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

## 23 Risco regulatório

A Companhia desconhece quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da Rodovia ou mesmo o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota. Importante ressaltar, que a Companhia se encontra coberta com apólice de seguros conforme apresentado na nota explicativa nº 19.

## 24 Compromissos vinculados a contratos de concessão

a) **Decorrente da verba de fiscalização:** Refere-se à verba de fiscalização recolhida à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) ao longo de todo o prazo da concessão, com o objetivo de cobrir as despesas de fiscalização da concessão. O valor do pagamento anual é de R\$3.541, dividido em 12 parcelas iguais e mensais e o valor é corrigido com base no mesmo índice e na mesma data da tarifa básica de pedágio. Esses compromissos, com base nas estimativas realizadas em 31/12/2020, estão assim distribuídos:

Ano	Valor
2021	3.541
2022	3.541
2023	31.874
2023 até 2032	38.956

Não existem verbas variáveis adicionais a serem pagas à ANTT. b) **Investimentos – PER (Programa de Exploração da Rodovia):** De acordo com o Programa Nacional de Concessão de Rodovias, a Companhia assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos durante o prazo da concessão, sendo que a previsão, em 31/12/2020, dos gastos a serem realizados até o prazo final da concessão totaliza R\$355.689, demonstrados conforme abertura abaixo:

Ano	Valor
2021	20.970
2022	37.153
2023	26.771
2024	20.932
2025	29.621
2026 até 2033	220.242
	<b>355.689</b>

c) **Termo de Acordo de Conduta (TAC):** A Companhia firmou um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) com a ANTT, nos termos em que prevê a Resolução ANTT nº 4.071/2013, visando medidas de compensação de penalidades verificadas no âmbito de Processos Administrativos Simplificados (PAS) no valor de R\$ 31.597 em obras ou serviços voltados à melhoria da rodovia. Do montante total de investimento em obras previstas no TAC, a Companhia realizou a compensação tarifária no valor de R\$ 6.159 na 9ª Revisão Ordinária ocorrida em 18/12/2016. Conforme Ofício nº 394/2017/GENV/SUINF/ANTT da ANTT, concluiu-se que na 10ª Revisão Ordinária realizada em 23/12/2017, o valor de R\$15.247 foi aplicado para compensação tarifária. Finalmente, resta a obrigação da Companhia pela execução da obra do dispositivo da Faculdade Integrada de Ourinhos (FIO) no Km 339, estimado em R\$ 10.865 pela Concessionária. O cronograma da referida obra está em consonância com reprogramações aprovadas pela Agência Nacional dos Transportes Terrestres

– ANTT, de modo que se encontra adimplente com o referido Termo. Cumpre informar que a obra do TAC que se refere a Melhoria de Acesso localizada no km 150+900 metros na BR-153/SP foi concluída em 07/12/2018, conforme carta TBR 1140/2018 protocolada sob nº 50515.081696/2018-72 na data de 18/12/2018. Adicionalmente e, consoante às reprogramações realizadas, informamos que através do Ofício SEI nº 13150/2020/SUROD/DIR-ANTT a ANTT deferiu a reprogramação do dispositivo da Faculdade Integrada de Ourinhos (FIO) para que conste como início de obra em janeiro/2020 e término de obra em outubro/2021, sem prejuízo de novo pedido de reprogramação, objetivando a reprogramação das obras do Km 339 (pedido foi apresentado dia 08/01/2021) para que início em Janeiro/2021 e término em Outubro/2022, bem como de eventuais novos outros pedidos subsequentes que se fizerem necessários.

## 25 Eventos subsequentes

**Reequilíbrio da tarifa de pedágio:** Em 01/03/2021 o TRF da 1ª Região deu provimento, por unanimidade, ao Recurso de Apelação interposto pela Transbrasiliana no Mandado de Segurança nº 1007988-79.2017.4.01.3400, o que autoriza o início das obras de duplicação dos Lotes 01 (entre o km 0 e 52) e 03 (entre o km 162 e 195) da Rodovia BR-153/SP, bem como o consequente reequilíbrio da tarifa de pedágio de modo a contemplar a inclusão de referidas obras no contrato de concessão. Em 06/03/2021 passou a ser aplicada em todas as praças de pedágio administradas pela Concessionária, a tarifa de R\$ 7,70 (sete reais e setenta centavos), conforme previsto na Resolução ANTT nº 4.973, de 16/12/2016. A nova tarifa no valor de R\$ 7,70 (sete reais e setenta centavos), deverá ser objeto de reajuste a ser homologado pela ANTT para o integral reequilíbrio.

Conselho de Administração		Diretoria		Contador
Carlo Alberto Bottarelli	João Villar Garcia	Marcos Paulo Fernandes Pereira	Rodrigo Moreira Martins Barboza	Sandro Henrique Boni
Roberto Solheid da Costa de Carvalho		Diretor Presidente	Diretor de Engenharia e Operações	CRC 1SP 224.261/0-1
			Adriano Freire de Brito	
			Diretor Administrativo – Financeiro e Relações com Investidores	

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

**Transbrasiliana – Concessionária de Rodovia S.A.** Lins-SP

**Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Transbrasiliana – Concessionária de Rodovia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Transbrasiliana – Concessionária de Rodovia S.A. em 31/12/2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante sobre a continuidade operacional da Companhia:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, que indica que a continuidade das atividades operacionais da Companhia depende de aportes de capital próprio e/ou de terceiros, os quais estão sendo viabilizados por sua Administração para cumprir as obrigações assumidas, principalmente aquelas divulgadas nas Notas Explicativas nº 9 e 24. Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 1, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos nas referidas notas explicativas, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre a capacidade de continuidade operacional da Companhia. **Principais assuntos de auditoria (PAA)** Os Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Impairment de Ativos Intangíveis – Concessão de Rodovias:** Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 8, em 31/12/2020, os ativos intangíveis e intangível em construção da Companhia totalizam um montante de R\$ 555.353 mil, cujo valor recuperável é analisado anualmente, conforme requerido no CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos. A avaliação sobre a necessidade de registro de perdas por redução ao valor recuperável, exige a preparação de estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios e orçamentos preparados pela Companhia, considerando os possíveis efeitos causados pela Pandemia da Covid-19 e aprovados pela sua governança, o que exige alto grau de julgamento pela administração. Levando em consideração os cenários de incertezas por contas das investigações em andamento, com impactos negativos nas tarifas e outros indicadores operacionais, faz-se necessário a avaliação das premissas e bases utilizadas como suporte para tais projeções. Em virtude do grau de julgamento relevante exercido pela administração, entendemos que esse é um assunto relevante para nossa auditoria. **Resposta da auditoria sobre o assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Avaliação, por nossos especialistas, da metodologia de *impairment* utilizada pela Administração de acordo com os requerimentos do CPC 01 (R1)/IAS 36; • Análise, por nossos especialistas, das premissas adotadas e metodologia de cálculo com as consi-

derações de projeções em função do cenário da pandemia Covid-19; • Análise, por nossos especialistas, das bases, premissas e cálculos aplicados na constituição das provisões de impostos diferidos; • Confronto das projeções aprovadas pela Administração com os orçamentos utilizados pela Companhia para determinação da recuperabilidade do ativo intangível e dos impostos diferidos; • Questionamos e corroboramos com informações setoriais as principais premissas adotadas pela Administração; • Avaliação sobre as divulgações realizadas em notas explicativas. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para determinação do valor recuperável dos impostos diferidos e dos ativos intangíveis de concessão de rodovias atendem aos requisitos descritos no CPC 01 (R1)/IAS 36, bem como as respectivas divulgações das Notas Explicativas nos 12 estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, em todos os aspectos relevantes. **Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado:** A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31/12/2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A Administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração quando ele nos for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato a governança da Companhia e ao seu correspondente órgão regulador. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de

auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de março de 2021.

**BDO** BDO RCS  
Auditores Independentes SS  
CRC 2SP 013.846/0-1

**Edward Afonso de Vasconcelos**  
Contador  
CRC 1SP 166.001/0-1

## Em dez anos, Brasil deixou de exportar US\$ 56,2 bi para América do Sul



A perda de espaço no comércio regional na última década fez o Brasil deixar de exportar US\$ 56,2 bilhões para a América do Sul nos últimos dez anos. Segundo estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI), a participação do Brasil nas importações dos demais países sul-americanos (exportações brasileiras para os países vizinhos) caiu de 14,5% em 2010 para 10,7% em 2019. Da mesma forma, os países do subcontinente deixaram de vender para cá – o Brasil absorveu apenas 7,4% das exportações sul-americanas em 2019, contra 10,5% em 2010. Para chegar ao cálculo dos US\$ 56,2 bilhões de per-

da comercial, a CNI estimou o valor que o Brasil teria exportado caso mantivesse a fatia de 14,5% nas importações dos países sul-americanos registrada em 2010.

A CNI aponta que o encolhimento do comércio bilateral prejudica principalmente a indústria porque a América do Sul é o principal destino das vendas de manufaturados brasileiros, concentrando 38% das exportações industriais. Sob outra perspectiva, ao considerar apenas as exportações brasileiras para países sul-americanos, os manufaturados correspondem a 82%.

A queda no comércio com a Argentina, afetada por sucessivas crises econômicas e cambiais nos últimos anos,

foi a principal responsável pela retração nas exportações brasileiras para a América do Sul. Da perda total de US\$ 56,2 bilhões, US\$ 39,2 bilhões (69,8%) concentram-se no país vizinho. O Brasil também deixou de exportar US\$ 5,9 bilhões (10,5%) para o Peru, US\$ 5,3 bilhões (9,4%) para a Colômbia e US\$ 2,4 bilhões para o Chile (4,3%).

O comércio do Brasil com a América do Sul encolheu ao mesmo tempo em que os demais países do subcontinente preencheram espaço com outros parceiros comerciais. De 2010 a 2019, as importações das economias sul-americanas subiram 12,9%, sobretudo da China, dos Estados Unidos e da União Europeia. Biznews

## Negócios

### Oi entra no mercado de fibra em São Paulo e parte para a briga com a Vivo



Desde que assumiu como CEO da Oi, em janeiro de 2020, o executivo Rodrigo Abreu deixou claro que seu plano era transformar a operadora em uma empresa de fibra óptica, atuando no varejo e no atacado.

Nesta segunda-feira, 29 de março, a companhia está dando um passo importante em sua estratégia. A Oi anunciou que irá atuar no mercado de fibra em São Paulo, o maior e mais lucrativo dessa área, entrando em uma região dominada pela Telefônica Vivo.

O anúncio foi feito por Abreu, durante teleconferência com analistas do mercado, em que apresentou os resultados do quarto trimestre de 2020, cujo lucro somou

R\$ 1,79 bilhão, graças a um crédito de imposto de renda e contribuição social diferidos no valor de R\$ 3,46 bilhões.

A meta é concluir os testes do negócio de fibra em São Paulo no primeiro trimestre de 2021. Oficialmente, para clientes de varejo e empresariais, o serviço será lançado ao longo do segundo trimestre de 2021.

A infraestrutura para atuar no mercado de São Paulo já está pronta. Será uma rede de 5,2 mil quilômetros de fibra. “O plano é ter 400 mil domicílios cobertos em 2021 e com potencial de chegar a 2 milhões de lares em 2022”, afirmou Abreu.

Em 2020, o negócio de fibra da Oi atingiu 9 milhões de casas passadas pelo Brasil,

com 2,1 milhões de clientes, um crescimento de 212% na comparação com o quarto trimestre de 2019.

Em dezembro, a receita de fibra somou R\$ 180 milhões, o que significa uma receita anualizada de R\$ 2,2 bilhões. De acordo com a Oi, 20% dos novos clientes optaram velocidades igual ou superior a 400 Mbps (megabits por segundo) no último mês do ano passado.

O anúncio acontece em um momento em que a Oi está em negociações exclusivas com o BTG Pactual para vender uma fatia majoritária da InfraCo, sua unidade de fibra óptica que deve atuar como uma rede neutra, prestando serviços para diversas empresas, além da própria Oi. Neofeed

### ‘Era difícil vender batom sem provar, mas isso mudou’, diz presidente da L’Oréal Brasil



A pandemia do coronavírus fez a L’Oréal registrar uma forte expansão no universo on-line. A ideia de “experimentar” um batom ou uma base pela internet, por meio de uma tela de celular ou computador, e que antes parecia algo improvável, vai ganhar, agora, espaço no varejo físico.

A previsão é da belga An Verhulst-Santos, que comanda a subsidiária brasileira desde 2017 e no fim deste mês vai assumir a operação da multinacional francesa no Canadá. De saída, ela diz que deseja ao país muita vacinação e que se alcance a simplificação tributária.

**Qual é o desafio de vender produtos de beleza como**

### B2W, dona dos sites Americanas e Submarino, coloca tuk-tuks elétricos para fazer entregas

A B2W está acrescentando mais uma roda à estratégia de limpar sua pegada de carbono na “última milha” do e-commerce. A dona dos sites Americanas, Submarino e Shoptime começará a entregar pacotes no Rio e em São Paulo por meio de uma frota de 90 tuk-tuks elétricos, espécie de “versão Tesla” do triciclo de predileção em países como Índia e Vietnã.

Os tuk-tuks vão complementar a frota “limpa” de 250 bicicletas analógicas e elétricas nas entregas em bairros de alta densidade populacional. Mas, como comportam até 600 quilos, os novos veículos permitem o transporte de um leque maior de produtos e a realização de mais entregas em uma mesma viagem.

A expectativa da B2W é que os tuk-tuks evitem a emissão de 3 toneladas de CO2 por mês, segundo We-

lington Souza, diretor da LET’S, plataforma de gestão de logística e distribuição da Americanas e da B2W.

O grupo das Lojas Americanas — que, além da B2W, inclui também a Ame — vem tentando reduzir sua pegada de CO2. No ano passado, suas operações se tornaram neutras em carbono. Isso significa que parte importante (70%) das emissões está sendo compensada, mas não tudo. Para se tornar “empresa carbono neutro” ela precisaria estar compensando 100% — e a frota logística é um naco relevante do que falta.

Por isso, em 2019 o grupo comprou duas start-ups de entregas por bicicleta, a Pedala e a Courri. Segundo a companhia, no ano passado, mais de 1,8 milhão de pedidos foram entregues por bicicletas, cinco vezes o total de 2019, sem contar a introdução das bikes elétricas. O Globo



#### maquiagem pela internet?

Na pandemia, houve uma grande tendência on-line. O nosso comércio pela internet triplicou e já é mais de 10% do faturamento no Brasil. A ambição é maior. Queremos ter 20% rapidamente. Criamos os virtual trials (experimentações virtuais), em que é possível experimentar um batom e uma base sem nunca tocar no produto. É algo dinâmico.

#### Mas como fica o varejo físico em meio a essas inovações?

Vamos ver isso em ponto de venda real, não só no ambiente on-line. Na pandemia, ninguém aplica produtos na pele. No físico, estamos planejando fazer essa interação. No varejo físico, vou querer saber ainda os ingredientes

que há dentro do produto. Vou escanear o código QR e ver se é o melhor produto para mim. Será uma experiência de realidade aumentada. Quando vai a uma loja, você quer um conselho, e nem sempre tem uma pessoa perto de você. Haverá esse mundo híbrido.

#### Então, a tecnologia está alterando a estratégia da empresa?

A ciência e a inovação sempre fizeram parte da empresa. Agora queremos ser uma beauty tech, com serviços para o consumidor. Criamos a estratégia que une on-line e off-line, pois as duas coisas combinam. Nossa vida será mais híbrida, na forma de trabalharmos e de consumirmos. O Globo